

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MALAM DJAU

Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau: Uma análise da elite militar

CURITIBA
Abril de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Malam Djau

TRINTA ANOS DE GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE
DA ELITE MILITAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Ciência política.

Orientador: Prof.º Dr. Adriano Nervo Codato.

CURITIBA
Abril de 2016

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA

No dia quatorze de Abril de dois mil e dezesseis às 14:30 horas, na sala 904 - NUSP, General Carneiro, 460 - 9º andar - sala 908, do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando **MALAM DJAU** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: "**TRINTA ANOS DE GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA ELITE MILITAR**". A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: ADRIANO NERVO CODATO (UFPR), FLÁVIO MADUREIRA HEINZ (UFPR), JUAN FRANCISCO ESPINOZA MOLINA (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra ao discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e o mestrando deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela *aprovação* do aluno. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ADRIANO NERVO CODATO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

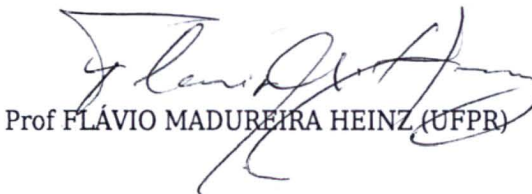
Curitiba, 14 de Abril de 2016.



Prof ADRIANO NERVO CODATO (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

faça

Prof JUAN FRANCISCO ESPINOZA MOLINA (UFPR)



Prof FLÁVIO MADUREIRA HEINZ (UFPR)



AGRADECIMENTOS

Esta Tese de Mestrado em Ciência Política representa sem dúvida um marco importantíssimo na minha vida, o termo de um ciclo de formação durante o qual aprendi a crescer em termos de conhecimentos, dedicação, maturidade e respeito. A Universidade Federal do Paraná – **UFPR** foi sem dúvida a instituição, por excelência, neste ciclo, o período mais decisivo da minha carreira e personalidade. Era impossível dizer que este trabalho representa apenas minha obra. Em primeiro lugar quero dedicar os mais sinceros agradecimentos aos meus pais (Abulai Djau, Nene Seide e Bobo Seide) e todos os meus irmãos e irmãs, pelo apoio e incentivo. Toda a minha trajetória acadêmica, desde a graduação até chegar ao mestrado (aqui no Brasil), em grande parte, deve a uma pessoa que sempre me acompanhou, e que seria injusto não mencionar o nome dela, Amanda Benevides. Registro aqui os meus sinceros agradecimentos a ela pelo esforço, apoio e incentivo. Foi uma pessoa que desde graduação me incentivou bastante. Por isso, agradeço imensa a contribuição dela. A realização deste trabalho só foi possível, graças à colaboração e contribuição dos professores e secretários do departamento de Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – **PPCP** da UFPR, em particular:

- Ao meu orientar, Prof^o Dr. Adriano Nervo Codato, pelas oportunidades que propiciaram o meu crescimento científico e profissional ao longo destes últimos anos e pela orientação incansável para a realização deste trabalho;
- Ao Prof^o doutorando Luiz Domingos Costa, ao pós doutorando, Franz Espinoza pelo apoio e colaboração no desenvolvimento deste trabalho e ao doutorando Lucas Massimo;
- Aos Professores Drs. Renato M. Perissinotto, Emerson U. Cervi; Luciana Veiga; Paulo Roberto N. Costa e Sergio Braga; pelas suas contribuições e colaborações durante as aulas expositivas;
- Agradeço também o secretário de curso, Guilherme pela colaboração;
- Aos amigos e colegas da turma pelo apoio e colaboração nas aulas. Os meus sinceros agradecimento, também serão dirigidos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**) pelo apoio financeiro durante os meus estudos. Também agradeço ao Governo Brasileiro pela oportunidade concedida aos estudantes da Guiné-Bissau, os estrangeiros, em especial aos africanos.

RESUMO

Na Guiné-Bissau, depois emancipação nacional em 1974, a politização no seio das elites militares das FFAA era perceptível naquela instituição, e isso permitiu o surgimento de grupos rivais associados a partidos políticos. Esse fato contribuiu numa série de crises observadas em constante instabilidade política e governamental e golpes sucessivos verificados ao longo dos últimos anos. A partir destes pressupostos, analisaremos quatro casos contextuais que se seguem: a configuração das elites militares depois da independência e a formação do Estado em 1974; a abertura política e a formação do multipartidarismo em 1994; as interferências das elites militares após a guerra civil de 1999; bem como o golpe de Estado de 2012. A hipótese do nosso trabalho é seguinte: “A politização das lideranças militares nas FFAA motivou o surgimento das facções rivais e geraram as instabilidades políticas”. Concluímos que a politização das elites militares ao longo dos anos estudados e as suas ações foi um elemento crucial para se explicar a instabilidade política e a incipiência da democracia no país.

PALAVRAS CHAVE: Guiné-Bissau, Elites Militares; Conflitos; Instabilidades Política, Facções Internas.

ABSTRACT

In Guinea-Bissau after national liberation in 1974, the politicization within the military elite of the armed forces were noticeable in that institution and that allowed for the emergence and formation of affiliated rival groups most often with political parties. This contributes to a series of crises, such as the constant political and governmental instability and successive coups recorded over the past years. From these assumptions, we analyze four contextual the following cases: The setting of military elites after independence and the formation of the state in 1974; the political opening and the formation of the multiparty system in 1994; the interference of the military elites after the civil war of 1999; and the state's coup in 2012. The hypotheses of our work is the following: "The politicization of military leaders in the armed forces led to the emergence of rival factions and generated political instability" We concluded that the politicization of military elite over the years that were studied, their actions are a crucial factor to explain the political instability and the incipient democracy in the country.

KEYWORDS: Guinea-Bissau; Military Elites; Conflicts; Instabilities Policy, Internal Factions

LISTA DE SIGLAS

AEG	Acordo de Estabilidade Governativa
ACLPL	Antigos Combatentes de Liberdade da Pátria
ANP	Assembleia Nacional Popular
CA	Comandos Africanos
CE	Conselho de Estado
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEMAG	Chefe de Estado – Maior da Marinha de Guerra
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CEL	Conselho Executivo de Luta
CEP	Comitê Executiva Permanente
CFA	Cimeira Franco Africana
CM	Comitê Militar
CMROCD	Comitê Militar para a Restituição da Ordem Constitucional e Democrática
CMROP	Comitê Militar para a Restituição da Ordem Publica
CMT	Comissão Multipartidária de Transição.
CNE	Comissão Nacional das Eleições
CPLP	Comunidade de Países de Língua Oficial Português
CR	Conselho de Revolução
CRs	Conselheiros Regionais
CSG	Conselho Superior de Guerra
CTP	Carta de transição Política
FFAA	Forças Armadas
FAGB	Forças Armadas da Guiné-Bissau
FARP	Forças Armadas Revolucionaria do Povo
FE	Forças Estrangeiras
FMPR	Forças da Manutenção da Paz Regional
GE	Golpes Efetivados
GP	Governo Provisório
GTN	Governo de Transição Nacional
INEP	Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa
JM	Junta Militar
MFA	Ministério das Forças Armadas
MI	Ministério de Interior
MISSANG	Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau
MPNA	Movimento dos Países Não-Alinhados
MSN	Ministério da Segurança Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PAICV	Partido Africano pela Independência de Cabo-Verde
PAIGC	Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PUSD	Partido União Social Democrata
PRID	Partido Republicano de Independência e Desenvolvimento
PRS	Partido da Renovação Social
RGB	República da Guiné-Bissau
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TC	Trânsito Constitucional
TG	Tentativas do Golpe
URSS	União da República Socialista Soviética.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	p.1
II. METODOLOGIA	p.3
III. JUSTIFICATIVA	p.4
IV. OBJETIVOS	p.6
V. REFERENCIAL TEÓRICO	p.7
VI. ELITE MILITAR DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO.	p.10
VII. ABERTURA POLÍTICA E A FORMAÇÃO DO MULTIPARTIDARISMO ...	p.18
VIII. CONFLITO POLÍTICO MILITAR DE 1998, A PRIMEIRA GUERRA CIVIL NA GUINÉ-BISSAU: INTERFERÊNCIAS DAS CHEFIAS MILITARES NO PROCESSO POLÍTICO.	p.26
<i>VIII. 1</i> Desfecho da Guerra civil e as tentativas da formação de um governo militar através da “Carta Magna”	p.28
<i>VIII.2.</i> Eleições Legislativas e Presidenciais de 2000: A elite militar e o regime de Kumba Yala.....	p.31
IX. VOLTA DO GENERAL NINO VIEIRA E AS ELEIÇÕES DE 2005	p.38
<i>IX.1</i> Assassinato do presidente Vieira e do General Tagme na Way em 2009 .	p.42
<i>IX.2</i> Golpe de Estado de 2012.....	p.44
X. CONCLUSÃO	p.50
XI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.53

I. INTRODUÇÃO

As abordagens da politização das elites militares guineenses nas Forças Armadas (FFAA) e o surgimento dos grupos rivais ou facções internas, tem sido um dos problemas constatadas nos golpes sucessivos e nas instabilidades políticas do país ao longo dos anos. O presente trabalho pretende analisar a participação e politização da elite militar guineense, tentando pôr em evidências os momentos que marcaram as rupturas e continuidades, privilegiando as perspectivas históricas na medida do possível, centrado no que aconteceu de importante entre 1980 e 1998, culminando com a fase após o conflito civil de 1999 e o golpe de Estado de 2012.

No que se refere a esta última fase, partimos de princípio de que as incidências dos golpes; as interferências das elites militares nos assuntos políticos; ressurgimento das facções internas ligadas aos partidos políticos, e a instabilidade política, coloca a questão se a Guiné-Bissau, mesmo tendo “passado” aqueles problemas, ainda se encontra num processo caracterizado de instabilidades e politização das elites militares.

O nosso trabalho é composto por quatro períodos. A primeira fase, as elites militares depois da independência e formação do Estado Nação, será uma tentativa de definir e mostrar as relações de conflitos entre as elites militares guineenses e cabo-verdianas, e o surgimento dos grupos e facções no interior das FFAA. É justamente nesta parte que tentaremos demonstrar que a politização das chefias militares se fazia presentes desde a luta de libertação nacional, envolvendo as questões étnicas e filiados ao partido político.

Após a independência nacional a luta travada entre as elites cabo-verdianos e guineenses e surgimento das facções no seio das FFAA e do partido PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde), considera-se que os conflitos entre os dois povos denotam situações de instabilidade, onde as ações das elites militares foram decisivas para pensar o momento da mudança do então regime e do golpe de Estado de 1980, e compreender a separação entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau.

A segunda parte começa com a abertura política e formação do multipartidarismo. Nela, pretendemos fazer um mapeamento do da conjuntura política mais recente, tentando buscar elementos históricos para explicar se houve uma redução da politização das elites militares, com menor interferência das elites militares nos assuntos políticos, e maior protagonismo dos grupos étnicos filiados aos partidos políticos. Em que pese a queda

acentuada da politização dos militares, as elites militares ainda desempenham um papel importante no processo político guineense, que ainda hoje é marcado pela sobreposição de clivagens étnicas com as divisões de facções políticas partidárias. Alguns grupos são privilegiados em relação a outros, e exclusão de um determinado grupo nas chefias de comandos das FFAA tem consequências relevantes para o processo político. (CARDOSO, 2001).

Na terceira parte do trabalho tratamos da primeira guerra civil no país. É igualmente neste capítulo que tentaremos demonstrar movimentos incessantes de captura das chefias militares pelos diferentes grupos étnicos, através da alternância de poder por certos indivíduos e grupos com maior incidência no interior das FFAA, mas também com a associação de partidos políticos. Essa fase é repleta de golpes, destituições dos governos legais, tentativas de golpes, assassinatos entre as elites militares. Portanto, há um fator importante: a anormalidades das instabilidades políticas, colocaram em cheque a própria existência de Estado. Os interesses de facções diversas da elite militar jogaram um papel crucial nesse período.

A última parte trata do golpe de Estado de 2012. Essa fase é fundamental para a compreensão da continuidade do poder autoritário das chefias militares vinculados aos grupos étnicos. O confronto entre os interesses das elites militares e facções rivais no interior da classe castrense se torna incompreensível se não consideramos que as suas ações foram decisivas para destituir o governo e perpetuar a instabilidade política.

Ainda assim, tais esclarecimentos por si só não são suficientes para descrever como as estratégias das chefias militares desestabilizaram o processo político. Assim, de um ponto de vista mais amplo, as perguntas que levantamos nesta dissertação podem ser formuladas assim: com quais critérios se pode classificar a politização das elites militares, ou ainda de que forma podemos cingir os diversos grupos e facções que surgiram no seio das FFAA após a independência em 1974? A segunda questão decorre da primeira, e pergunta se, afinal, a formação de grupos rivais no interior da classe castrense e a politização de suas lideranças são as causas da instabilidade política no país.

==h1 II. METODOLOGIA

Para levar a termo uma pesquisa desta natureza é importante combinar pesquisa de campo com levantamentos bibliográficos. A incursão em campo foi bastante difícil, e ainda que compondo nosso trabalho, as evidências produzidas por esse expediente são reduzidas, pois não encontramos condições para realizar entrevistas com informantes confiáveis. Por esse motivo uma das principais fontes consultadas nessa investigação foram os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP) da Guiné Bissau¹. Os dados ali encontrados foram comparados com os achados obtidos em referências bibliográficas específicas sobre o caso em estudo.

A abordagem do trabalho é predominantemente qualitativa. Seguindo a linha de Richardson (1985), na qual o autor demonstra que a abordagem qualitativa referente a um caso ou problema de pesquisa pode ser opção de investigador justificar a sua forma adequada para entender a natureza de um determinado fenômeno social.

Portanto, os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever determinados casos, analisar as interações de certas variáveis, bem como compreender alguns processos dinâmicos vividos por grupos e comportamentos particulares. Portanto, seguindo a recomendação de Perissinotto (2009) os cientistas sociais devem ter uma relação utilitária com métodos e técnicas de pesquisas. Dependendo do objeto de análise e da questão da pesquisa, alguns procedimentos são mais rentáveis que outros, e no nosso caso prevaleceram mais os resultados obtidos em pesquisas bibliográficas e qualitativas (PERISSONOTO, 2009, p. 61).

¹ O leitor pode encontrar uma breve descrição sobre o que é o INEP nesta página: <http://www.inep-bissau.org/Home/tabid/36/Default.aspx> (Acesso em 27.05.2016)

==h1 III. JUSTIFICATIVA

O envolvimento da elite militar guineense com a política teve início após a proclamação de independência em 1974. A contribuição delas no processo emancipatório gerou um crescente sentimento de legitimação do poder e força. Esse fato traduziu nas formações de facções internas e nas sequências dos golpes que aconteceram no país envolvendo altos membros e oficiais da classe castrense, como Chefes do Estado-Maior e General das Forças Armadas (CEMGFA) e tenentes-coronéis das FFAA (O'REGAN & THOMPSON, 2013; NÓBREGA, 2003; RUDEBECK, 2001).

As primeiras alterações constitucionais feitas depois do golpe de 1980 reforçaram ainda mais os poderes das elites militares. As mudanças concebidas não só possibilitaram aos superiores militares certas regalias, como também reforçaram a interferência destes nos assuntos do Estado, possibilitando assim a participação e formação de uma elite militar preocupada com as questões específicas dos assuntos civis, com traços acentuadamente autoritários (CARDOSO, 2002; FORREST, 2002). Os estudos relacionados à classe castrense são importantes para a nossa análise, na medida em que as sublevações militares, originários de golpes de Estado que ocorreram na Guiné-Bissau, estão profundamente ligadas às elites daquela instituição guineense.

A liderança militar promoveu princípios de que os cargos máximos deveriam ser estabelecidos e confiados não só pelos oficiais que passaram ou ingressaram nas academias, mas também por aqueles indivíduos que tiveram uma larga experiência nos resultados de guerras e nos conflitos civis armados (JANOWITZ, 1967). Estes grupos de oficiais militares são considerados como as elites e dirigentes nas FFAA (JANOWITZ, 1967). A análise de Janowitz (1967) nos possibilita aproximar e associar com o caso da Guiné-Bissau, onde a maioria das elites militares tiveram experiência nos resultados de guerra da independência nacional.

Na análise de JANOWITZ (1967), a elite compreende os oficiais de mais alta patente. O seu conceito busca distinguir os membros que detém maior possibilidade de alcançar seus fins políticos e sociais em relação aos demais grupos que procuram exercer sua profissão por recompensas pessoais e imediatas (JANOWITZ, 1967). O autor ainda propõe que as patentes militares signifiquem mais que um compromisso vitalício com a instituição e a carreira. A oficialidade e obtenção de patentes adquiriram especial atenção nestes aspectos. Estes grupos

de oficiais militares superiores são considerados como as elites dirigentes nas estruturas das Forças Armadas. Partindo deste pressuposto, Morris Janowitz, (1967, p.58) nos explica que:

Este grupo de oficiais militares superiores pode ser considerado como o “quadro da elite”. São uma elite profissional, no que são responsáveis pela administração das forças armadas; todavia, constituem um quadro, no sentido de que dentre eles são recrutados os líderes estrategistas – o núcleo da elite – que estabeleceu o rumo do estabelecimento militar.

De modo geral, quanto mais alta a patente, no caso das FFAA, maior será a concentração do poder da decisão e da chefia na instituição. Nesse caso, as patentes adquirem um forte substrato da concentração e posições supremas (JANOWITZ, 1967).

A elitização das Forças Armadas na Guiné-Bissau está diretamente relacionada com as patentes. Nas estruturas da classe castrense as elites geralmente são os oficiais do mais alto escalão. Portanto, o seu envolvimento com a política fez aparecer grupos rivais e facções no interior das FFAA. Além do mais, a Constituição da República redigida em 1984 e a revisão de 1996 consagram às Chefias das Forças Armadas um tratamento emblemático desta visão (O'REGAN & THOMPSON, 2013).

Por isso, analisaremos a politização das elites militares e o surgimento das facções nas FFAA, assim como as participações destes nas ocorrências dos golpes que se fizeram no país ao longo dos anos de 1980-2012. Os pontos abordados são fundamentais para o nosso trabalho, pois para o entendimento das sequências dos golpes e a formação das facções no seio das elites militares é preciso buscar a sua raiz desde o período da independência nacional em 1974 até o golpe de 2012.

==h1 IV. OBJETIVOS

O objetivo desta dissertação é analisar a politização das elites militares e formações das facções no interior das FFAA, a partir dos golpes sucessivos que aconteceram no país. De modo mais específico, pretendemos identificar quais são os grupos e facções mais proeminentes no interior das Forças Armadas, e a filiação destes com os partidos políticos, procurando relacioná-los entre os fatores e as causas da instabilidade política. A pergunta central que procuramos responder com esse trabalho pode ser formulada nos seguintes termos: “As politizações das lideranças militares nas FFAA, motivaram o surgimento das facções rivais e geraram as instabilidades políticas no país?”

==h1 V. REFERENCIAL TEÓRICO

Para as análises dos militares e das elites daquela instituição no contexto dos golpes sucessivos e formações das facções rivais, as nossas perspectivas perpassam o pensamento de vários autores que se debruçaram sobre o tema da estabilidade dos regimes políticos.

Huntington (1956) nos informa através da sua análise teórica que em todas as sociedades os militares participam da política para obter seus benefícios. Segundo este autor isso ocorre não só nas comunidades politicamente mais avançadas, mas também em sociedades subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. Conforme este autor, os militares não se preocupam apenas com promoções e hierarquias, mas sim com a própria distribuição do poder e da manutenção do status dentro do sistema político vigente (HUNTINGTON, 1956).

Neste aspecto, o argumento do Samuel Huntington pode ser importante suporte para examinar o caso da Guiné-Bissau, pois os militares, preocupados com manutenção do poder, enquanto classe castrense destituíram vários governos eleitos democraticamente. Desde a independência nacional em 1974 até recentemente já foram registrados quatro golpes de Estado bem sucedidos no país. Em 1980, por exemplo, General João Bernardo Vieira que destituiu o governo de Luiz Cabral, formou um regime autoritário e permaneceu até 1994, com abertura política e realização das eleições presidenciais e legislativas.

Neste contexto, Djalo e Tchernó (2000) demonstram que o processo de estabelecimento de uma ordem democrática foi severamente enfraquecido com a permanência no poder de indivíduos provenientes de um regime autoritário. A maioria dos golpes que aconteceram no país foram praticados por lideranças militares.

A questão das elites militares também perpassa a perspectiva de Wright Mills (1958). Este autor propõe uma análise das estruturas do poder, considerando as categorias política, econômica e militar. Ele distingue os três tipos de *elites* (ou subelites) numa determinada sociedade: Os dirigentes de empresas, os líderes políticos e os chefes militares, que pelas suas interações aprofundam vínculos criados previamente, se associam nas posições de poder a partir das quais controlam a sociedade. Elas criam uma comunidade de interesses pelo qual praticam uma política de decisão conjunta de manutenção do seu “*status quo*” (MILLS, 1958).

Portanto, para o autor, a elite do poder é formada pelos governantes que direta ou indiretamente participam de forma ativa nas governações de uma determinada sociedade, pois estes se constituem nas minorias que exercem cargos de comando. É aquilo que ele chama de “*minorias poderosas*”, que ocupam as posições estratégicas em uma comunidade. O caráter estratégico dessas posições deve-se ao fato de seus detentores estarem em condições de tomar decisões com consequências significativas. Se essas decisões são ou não tomadas é o que menos importa, o aspecto central é são as consequências das decisões tomadas por pequenos grupos que se situam no topo das hierarquias de comando afetam a maior parte dos indivíduos daquela sociedade (MILLS, 1958). O termo elite se refere aqueles indivíduos que possuem maior soma de poder real, efetivo e potencial. Nesse caso, o poder será um processo de controle e observância sobre o comportamento de outras pessoas ou grupos. Do ponto de vista de Morris Janowitz (1967), o modelo político-militar de elite, pode ser identificado em 4 regimes: Regime *aristocrático*, *democrático*, *totalitário* e modelo de *garrison-state*.

No primeiro caso, o poder *aristocrático*, as elites civis e militares estão profundamente associadas e integradas. A base estreita de recrutamento para ambas as elites, relativamente à estrutura de poder monolítico, fornece a elite civil um método de controle subjetivo sobre os militares. Nesse tipo de regime há uma hierarquia rigorosa que impõe os prestígios e as autoridades dos membros militares (JANOWITZ, 1967).

No *modelo democrático*, as duas elites são extremamente diferenciadas. O poder civil exerce controle sobre os militares através das leis e das regras formalizadas, que especificam as suas funções e condições do seu poder. Os militares são profissionais a serviço do Estado e as suas carreiras distintas a dos civis.

Por outro lado, o *totalitarismo* tende a substituir o modelo aristocrático. Tal como foi desenvolvido em alguns países europeu, como Alemanha, Rússia e em menor grau na Itália. Nesse tipo de regime, há uma forma de controle subjetivo tal como no modelo aristocrática, mas o controle subjetivo totalitário não decorre de qualquer unidade natural e social, como acontece no poder aristocrático, pelo contrário, a massa política revolucionária é quem controla o poder (JANOWITZ, 1967).

O modelo de *garrison-state*, não apresenta uma dominação direta da elite política sobre os militares. Estes possuem as suas organizações independentemente do poder político, mas comportam uma relação recíproca com as facções políticas e a sociedade civil. Os oficiais lutam pela glória e sobrevivência nacional.

VI. ELITE MILITAR DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO.

No século XX a humanidade presenciou o fim dos domínios coloniais europeu na África. Esse fato, todavia, produziu uma grande variedade de novos Estados independentes, e em muitos deles não foi feito nenhum esforço real para introduzir instituições legais e formais, como a Constituição da República e as estruturas das Forças Armadas. A grande maioria dos novos países que se emanciparam nos anos 60 e 70 estavam na África (HUNTINGTON, 1994).

Dentre os trinta e três países, que se haviam sido descolonizados nas décadas de 1950 até 1980, 25 converteram-se em regimes militares ou autoritários com a independência e pouco tempo após a emancipação. O fim do império português produziu cinco governos, e a Guiné-Bissau testemunhou a fase inicial desse processo de autodeterminação política.

O país se referia como antiga “Guiné-Portuguesa”, formada na sua grande maioria pelos povos cabo-verdianos e guineenses (CABRAL, 1988). O primeiro grupo era constituído por mestiços e descendentes portugueses, ao passo que o segundo era composto por nativos locais de diversas etnias, como: Balantas, Papeis, Fulas, Mandingas, Beafadas, Bramanes, Manjacos e dentre outros. O quadro 1 apresenta uma distribuição dos grupos étnicos que compunham as populações guineenses nas décadas de 1980 e 1990.

Quadro 1. Populações guineenses por grupos étnicos principais, nas décadas de 1980/1990

Grupos étnicos	%
Balantas	26%
Fulas	25,4%
Mandingas	13,7%
Manjacos	9,2%
Papeis	9,2%
Mancanhas/ Brames	3,54%
Beafadas	3,3%
Bijagós	2,1%
Felupes	1,43%
Nalús / Sossus	1,2%
Outros	5,3%

Fonte: Organizado pelo autor com base em INEC (1991) e Cabral (1988).

Os guineenses e os cabo-verdianos fundam no início da década 1956, o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde, PAIGC, liderado pelo Amílcar Lopes Cabral. O partido tinha como finalidade constituir e organizar um grupo de guerrilheiros (os chamados antigos combatentes da liberdade da pátria – ACLP, que incluía cabo-verdianos e guineenses) com o objetivo de lutar pela independência nacional. No início da década 1960, o PAIGC iniciou a luta armada contra o regime colonial português (WOOLLACOTT, 1983; CABRAL, 1971).

Em fevereiro de 1964 o PAIGC realizou seu primeiro congresso em nível nacional (**conhecido como *Congresso de Cassacá***), com o intuito de reunificar o partido, criar um Conselho Supremo de Guerra (CSG), órgão responsável para administrar o conflito e reestruturar os guerrilheiros. Na mesma época foi criado um comitê executivo de luta (CEL), bem como a formação de uma direção do Conselho Executivo Permanente do PAIGC (SILVA, 2010).

A partir das formações dos órgãos supramencionados, nessa ocasião, surgem as Forças Armadas Revolucionárias do Povo – FARP. Desse modo, o partido PAIGC vai se consolidando a nível nacional. Mas como as questões da liderança suscitavam dúvidas na medida em que havia divergências internas entre os cabo-verdianos e guineenses, as consequências dessas rivalidades entre os dois povos fez aparecer o surgimento das facções internas, tanto no partido como nas FARP.

Assim, na parte administrativa do PAIGC a tomada das decisões a nível nacional concentrava nas mãos dos cabo-verdianos, ao passo que os guineenses, mesmo compondo majoritariamente no Conselho Executivo de Luta (CEL), não tinham poder de decisão, uma vez que, segundo Aristides Pereira, o núcleo formado por guineenses nenhum dos seus membros possuíam ensino superior (MONTEIRO, 2013). O quadro 2 a seguir resume a nacionalidades e a função dos altos dirigentes do partido na década de 1970.

==q2 Quadro 2. Membros e altos dirigentes do PAIGC por nacionalidade e por função na década de 1970

Nomes	Nacionalidade	Função/Cargo.
Amílcar Cabral	Guineocabo-verdiano	1º Secretário Geral
Aristides Pereira	Cabo-verdiano	2º Secretário Geral
Luís Cabral	Guineocabo-verdiano	3º Secretário Geral
Nino Viera	Bissauguineese	Secretário Geral
Francisco Mendes	Bissauguineense	Secretário Geral
Pedro Pires	Cabo-verdiano	Secretário Adjunto
Oswaldo Silva	Cabo-verdiano	Adjunto

Fonte: Tabelado com base em: Monteiro (2013), Modificado pelo autor.

No entanto, a direção Executiva do Comitê Permanente (CEP), tanto do partido, como de luta, era constituída por três membros, predominantemente de origem cabo-verdiana. Cotejando os valores presentes Forrest (2002), Silva (2013) e Monteiro (2013) podemos afirmar que a maioria dos membros do comitê executivo do partido que possuíam poder decisório era formada por caboverdianos (80%), seguidos de guineenses (18%), além de outras nacionalidades (2%)

Esse predomínio de lideranças cabo-verdianas, dentre outros fatores, suscitou uma crise de autoridade no seio do partido. Os guineenses não viam com bons olhos a dominação cabo-verdiana na direção do partido, pois boa parte deles teve maior participação durante a luta armada. O conflito interno entre as duas facções no interior do partido e das FARP teve assim a sua consequência em 1973, o que resultou na morte de Amílcar Lopes Cabral, o fundador do PAIGC, assassinado em Conacri, num atentado envolvendo os integrantes daquela agremiação partidária.

A morte de Amílcar era interpretada da seguinte maneira: por um lado, havia os que enfatizavam as questões raciais e étnicas, pois, conforme essa versão, a elite cabo-verdiana dominou os órgãos supremos do partido e da nação, ao passo que os Bissau guineenses, mesmo compondo de grupos majoritários nas FARP, não tinham poder de decisão; por outro lado, existia a alegação por parte do PAIGC de que Cabral foi assassinado por serviços secretos portugueses. Um ano depois da morte de Amílcar, Guiné-Bissau conquistou a independência em 10 de Setembro de 1974 (FORREST, 2001).

O seu irmão, Luís Cabral, assumiu o cargo de presidente da república, e João Bernardo Vieira (Nino), um veterano de guerra de libertação e de origem Bissau guineense foi nomeado primeiro ministro. Como as questões étnicas e raciais eram latentes no partido e nas Forças Armadas, esse fato tornou-se preocupante por parte das autoridades, uma vez que isso poderia prejudicar o projeto de unificação nacional entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau. Essa preocupação não demorou muito e surtiu efeitos: Em 14 de Novembro de 1980, um golpe militar foi desencadeado pelo então primeiro ministro, o General João Bernardo “Nino” Vieira, de etnia papel e Bissau guineense contra o governo de Luís Cabral, de origem cabo-verdiana (WOOLLACOTT, 1983).

A sublevação foi considerada necessária por parte de alguns membros do PAIGC, na sua grande maioria guineense, pois estes entendiam que o regime de antigo presidente Luiz Cabral favorecia mais aos cabo-verdianos em relação aos guineenses. Forrest (2002) procura nos esclarecer a respeito desta ocorrência com maior clareza:

In 1980, resentment against Cape Verdeans in the PAIGC was exacerbated when the party began to formulate national constitutional proposals which specified that Cape Verde's president should be Cape Verdean while introducing no restriction for Guinea-Bissau's president - a clear signal of potential continued Cape Verdean control in Bissau. Taking advantage of immediate hardships caused by severe rice shortage in the capital city, João Bernardo (Nino) Vieira, the prime minister and military commander, organized support groups with the armed forces and successfully carried out a virtually bloodless coup d'état. This move would produce an end to the relationship between Guinea-Bissau and Cape Verde, while also resulting in the ousting of many Guineans of Cape Verdean origin from top positions within the Bissau regime. As a result of these measures, and because of his reputation as the country's most famous war veteran (due to his accomplishment as a military commander during the liberation struggle), President Nino Vieira's regime enjoyed at first very strong popular support. However, the illegal seizure of power delegitimized the notion of a formal, institutional power transfer among a number of other government leaders and military men and fueled their ambitions, as had occurred throughout sub-Saharan Africa since independence (Forrest, 2002, p. 251)

Com o golpe de Estado de 1980, desencadeado pelo General João Bernardo Nino Vieira, constituiu-se um novo regime e desfez institucionalmente o governo de Luís Cabral.

Assim, foi estabelecida uma nova legislação revolucionária, que visava à dissolução temporária da Assembleia Nacional Popular (ANP) e o Conselho do Estado (CE). Todos os poderes do governo e do Estado passaram a ser assumidos pelo Conselho da Revolução (CR), formado por nove "Membros Permanentes", sete dos quais eram militares guineenses.

Além do mais, a legislação da época permitia ao Conselho da Revolução (CR) escolher quatro "Principais Colaboradores". Em seguida, foi instituído um Governo Provisório (GP), que podia ser nomeado e demitido pelo Conselho de Revolução. O CR era dirigido pelo General Nino Vieira, além de contar com os ministros e secretários do Estado, na sua maioria militares. Nestas circunstâncias, pôde haver uma manobra clássica segundo a qual o presidente ou do chefe do governo escolheria a figura política ou militar que lhe convém, direta ou indiretamente, para seus fins. Portanto, tendo ele o estatuto de nomear os ministros, militares ou civis, bem como dos comandantes nacionais em todo o território, era possível usar efetivamente estas nomeações como meio de obter apoio (SILVA, 2010). O quadro 3 lista as funções e patentes dos membros do CR em 1984. O predomínio de militares é inequívoco.

==q3 **Quadro 3.** Membros e Ministros de Estado (Conselho da Revolução) em ordem hierárquica em 1984.

N.	Nome	Função	Oficiais das F.A
1º	Nino Vieira	Presidente	General / Militar
2º	Vitor Saúda Maria	1º Primeiro Ministro	Civil
3º	Paulo Correia	1º Vice-Presidente	General / Militar
4º	Iafai Camará	2º Vice-Presidente	Coronel / Militar
5º	Manuel Saturnino Costa	Ministro de Estado	Coronel / Militar
6º	Buota Natcha	Ministro de Estado	Comandante / Militar
7º	João da Silva	Ministro de Estado	Coronel / Militar
8º	Samba L. Mané	Ministro de Estado	Eng.

Fonte: Tabela e computado pelo autor com base em Silva (2010). Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebaterf11.pdf>. Acessado no dia 9/04/2015.

Como pode ser observado no **quadro de nº. 3**, acima, a maior parte os ministros de Estado eram militares. Esse grupo é formado por indivíduos Bissau guineenses, pertencentes aos grupos étnicos *papéis e balantas*, e eles ocuparam cargos chaves durante esse período. As duas etnias, além de comporem grupos étnicos nativos e majoritários no país, tiveram um papel de destaque na luta armada nacional e na destituição do governo de Luís Cabral, considerado cabo-verdiano.

Em meados de 1974 os cabo-verdianos eram majoritários nos cargos considerados chaves da administração política e militar, e também predominavam na direção do partido. Contudo, com o golpe de Estado de 1980, até 1984 o percentual desse grupo no comando administrativo do partido PAIGC e das FARP caiu significativamente, cedendo lugar para os dois grupos considerados autóctone da Guiné-Bissau (*papeis e balantas*), passando a ser majoritários nas FARP naquela altura. Pelo menos até esse momento, vai haver uma transferência do poder para os Bissau guineenses no seio do Comando Militar e do PAIGC. No governo de Nuno Vieira, após o golpe de 1980, o percentual de ministros de Estado das etnias *papeis e balantas* chegou a 80% (19% dos ministros eram Mandingas e Beafadas e 1% eram de outras etnias).

Desta maneira, o regime passou a ser dominado e controlado pelos militares Bissau guineense e pelo partido PAIGC, fundado e centralizado na figura do general Nino Vieira, abrindo caminho para uma nova experiência política e administrativa que acabou se consolidando como regime militar de partido único. As transferências dos poderes eram cada vez mais visíveis, e os militares e antigos combatentes passaram a dominar o cenário político nacional, construindo desta forma um regime autoritário formado nas bases do militarismo e partidarismo (KOUDAWO, 2001).

A constituição da República, redigida em 1984 e revista em 1996, conferiu ainda mais poder aos militares. A elaboração deste documento legal não só definiu e enquadrou os militares e as Forças Armadas como uma instituição formal do país, como também incluiu regalias e benefícios especiais a alguns oficiais superiores. O trabalho produzido por investigadores estrangeiros (O'REGAN & THOMPSON, 2013) ilustra bem essa passagem nas suas análises feitas a constituição da república:

No capítulo dos “Princípios Fundamentais” da Constituição, o Artigo 5º “proclama a gratidão eterna da [Guiné-Bissau] ao combatente que, pelo seu sacrifício voluntário, garantiu a libertação da Pátria do jugo

estrangeiro, reconquistando a dignidade e o direito do nosso povo à liberdade, ao progresso e à paz”. Estipula ainda que os “combatentes da liberdade” com direito constitucional a determinadas regalias pela sua contribuição são os activistas inscritos no movimento de libertação desde a sua criação em 19 de Setembro de 1956 – dez anos antes da FARP – até 24 de Setembro de 1973, poucos meses antes de o país ter conquistado a sua independência de Portugal (O’regan & Thompson, 2013, p.07).

Este processo concedeu a classe castrense um carácter popular e revolucionário, uma vez cumprida a tarefa de libertação de um povo oprimido pelo colonialismo europeu. Esta popularidade criou raízes na sociedade guineense e nas estruturas das Forças Armadas. Por isso, a maioria dos oficiais superiores ainda corresponde à designação contida na constituição do país (O’REGAN, & THOMPSON, 2013). Nisso o regime passou a ser comandado gradualmente pelas elites militares.

Dentre os ministros de Estado e do governo, as chefias militares possuíam maior força decisória em relação aos civis naquela altura. Mesmo contando com as influências do primeiro ministro, no caso Vitor Saúde Maria, e do procurador geral da república, Viriato Pã, ambos civis durante o regime, a concentração dos poderes recaía nas figuras do presidente de Conselho da Revolução, 1.º vice-presidente e do 2.º Vice-presidente do CR, todos membros do alto escalão da hierarquia militar. Na verdade, 90% do gabinete no governo Nino Vieira era formada por militares. Portanto, seria ilusório achar que alguns membros civis possuíssem poder sobre os vice-presidentes (SILVA, 2010; FORREST, 2002).

Assim o regime vai se consolidando militarmente, cedendo cada vez mais lugar para as chefias militares, especialmente os antigos combatentes, na sua grande maioria guineenses de etnia *papeis* e *balantas*. Aliás, este último grupo étnico, além de possuírem quadros e chefias militares especializados nas Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), contava com um número significativo de intelectuais académicos. Das chefias militares durante o regime, os *Balantas* superavam numericamente aos demais grupos étnicos naquela altura (85% eram da etnia balantas, e 15% eram de outras etnias)

A configuração política e institucional foi construída na base de um poder exclusivamente militar, e na maioria dos casos as decisões eram tomadas pelas elites militares, tendo sempre à frente do comando Conselho de Revolução, o General Vieira. O golpe de Estado de 1980, bem como a carta constitucional de 1984 facilitou uma alta autonomia das chefias militares, tanto no PAIGC como no regime. Portanto, não houve nenhuma mudança significativa em nível do partido e nem renovação das elites militares no interior deste pelo menos até 1985. Ou melhor, a rotatividade entre os cargos era vigente. Há uma circulação e movimentação das elites, mas sem mudar a estrutura básica do *corpus*.

As decisões políticas giravam em torno das chefias militares que detinham o poder no partido PAIGC e nas FARP desde o golpe de 1980. As mudanças em nível de regime só vão acontecer um ano depois com a acusação do golpe de Estado, envolvendo altos oficiais militares e civis da etnia **Balanta**. Em outubro de 1985 o então vice-presidente da república, Paulo Correia, e o procurador da república, Viriato Pã, ambos da etnia **Balanta**, e mais de dezenas de chefias militares também do mesmo grupo étnico, foram acusados, torturados e assassinados. Conforme Cardoso:

Os acontecimentos de outubro de 1985 abalaram profundamente a imagem do PAIGC não só no plano externo, como também, e fundamentalmente, no plano interno. Para além de ser reforçada a sua legitimidade perante o povo – que agora mais do que nunca se tinha apercebido das divisões no seio do partido, que perdeu muitos militantes, na sua maioria pertencentes a etnia balanta, fato que só se dá conta no momento em que autoriza formalmente a constituição da oposição (Cardoso, 1996, p.29).

Desse modo, esse caso foi um dos fenômenos mais sangrentos de extermínio sumário de altos oficiais militares e de figuras ligadas à luta de libertação nacional, assassinados por questões étnicas e raciais, conseqüentemente da existência de facções nas FARP (os nomes oficiais implicados nesse caso estão relacionados no quadro 4, abaixo).

==q4 **Quadro 4.** Lista dos altos oficiais de etnia Balanta implicados no caso 17 de outubro de 1985/86

Paulo Correia	Buota Nambatcha	Watna Na Laie	João Biambi
Binhancarem Na T.	Bighate Na Biате	Kissif Dentche	Alexandre C. Nassalan
Mbana Sambú	Mbunhe Na Male	Tcham Na Man	Mário Nsimba
Viriato Pã	Wangna Nanfate	Ramalho Incanha	Joãozinho Iala
Bupas Cul	Tagme Na Waié	Emílio Costa	
Tue na Bangna	Sae Braia N.Nhagba	Bitchofolá Na Fafe	
Sana Fuma	Adriano Cubala	Nbana Na Sanha	
Alqueia Kuassa	Fernando Cubala	Nfon Ntunda	
Fore Mbitna	Pedro Cubala	Alberto Na Haba	
Mutna D. Na Dum	Nhasse Nambera	Damna Imbunde	
Nfon Na Lagna	Ngare I. Nhanta	Blakte Na Dum	

Fonte: Elaborado e tabelado pelo autor, com base em: <http://tchogue.blogspot.com.br/2012/11/ficou-aprovado-que-os-balantas-sao.html>. Acessado em 4/2/2016.

A acusação da tentativa do golpe em 1985, que envolvia mais **Balantas** do que qualquer outra etnia, prejudicou muito altos dirigentes militares daquele grupo. Isso se deve não apenas aos assassinatos e torturas, pois dos que sobreviveram o massacre, muitos foram perseguidos e proibidos de participar de cargos considerados chaves ou relevantes nas Forças Armadas e no partido PAIGC. Esse processo permitiu a fuga de alguns indivíduos e personalidades da elite político-militar da etnia **Balanta** para outros lugares ou sectores institucionais, uns até mesmo tiveram que deixar o país refugiando em países vizinhos e de fora do continente.

As divergências e desentendimento entre as elites cabo-verdianas e guineenses no seio do partido PAIGC durante a década de 1970 originaram a formação das facções no interior deste, e posteriormente na separação dos dois povos; o caso de acusação do golpe de 1985 que envolveu as chefias militares majoritariamente guineenses e de etnia *Balanta*, se traduziu em uma clivagem étnica nos cargos mais elevados daquela instituição militar (as FARP) pelo menos até certo momento. A questão das facções nas Forças Armadas, envolvendo as elites militares passou a ser um problema nacional para o qual o Estado teria que encontrar uma solução viável (CARDOSO, 1996).

Nessa época nem se podia falar de uma esfera da sociedade civil, pois esta estaria condenada a perder a sua função. O Estado era praticamente totalitário e a sociedade civil inteiramente absorvida por este. Com o golpe de Estado de 1980, essa fase marcou o início do primeiro regime altamente elitizado e militarmente autoritário, centralizado e comandado pelas chefias militares, todos antigos combatentes e membros partidários do PAIGC e das FARP (CARDOSO, 2002).

==h1 VII. ABERTURA POLÍTICA E A FORMAÇÃO DO MULTIPARTIDARISMO

Durante quase 14 anos o regime político guineense continuava a ser de partido único, uma ditadura militar com a concentração do poder na figura de general João Bernardo Nino Vieira, e do partido único, o PAIGC. As mudanças políticas e sociais só vão acontecendo, de fato, a partir da década de 1990, devido uma forte pressão da comunidade internacional com relação a regimes militares e ditatoriais.

As críticas que estavam sendo feitas ao regime reclamavam por uma série de profundas transformações: A mudança estrutural e constitucional do partido único e militar (PAIGC); liberalização; desmilitarização do Estado; transição do poder político para grupos oposicionistas; competição política e econômica; e consolidação de um regime mais plural. Esses princípios democráticos eram percebidos por muitos cientistas sociais e políticos como fatores fundamentais para a democracia guineense. Rudebeck (2001) prescreve a importância desses elementos no cenário político nacional.

Democratization is most often divided into three stages: those of *liberation*, *transition*, and *consolidation*. Each one of the stages is characterized by its direction of change and the degree to which the minimalist criteria of democracy are entrenched. Politics is made by actors. Society at large is seen as a set of conditions. A illuminating synthesis and evaluation of this literature is given by Shin (1994.Ref.I). In an important essay inspired by classical political economy, the political scientist Yusuf Bangura, originally from Sierra Leone, structures the analysis of democratisation somewhat differently, by systematically relating socio-political systems to forms of economic accumulation (1992. Ref.I). According to him as to most others the process of democratization as such is, most significantly, about the demilitarization of the state and its institutions and about democratization of the rules governing economic and political competitions. Various forms of economic accumulation, however, have a lot to do with whether this becomes possible or not. Bangura concludes his arguments as follows, in a way that is highly relevant to cases such as that of Guinea-Bissau and many others (pp.99-100). Rudebeck, 2001, p.17.

O então presidente, General Vieira, incomodado com as críticas estabelecidas internamente e externamente, anunciou ao comitê central do PAIGC que o partido deveria adotar o processo de multipartidarismo, porque os regimes únicos estavam sendo criticados e fracassando em várias partes do mundo. Essa ação permitiu algumas transformações na legislação nacional e a inserção do país na comunidade internacional. O primeiro passo de transição para um regime multipartidário no país começou em 1992 com a abolição da carta constitucional de 1984 pela Assembleia Nacional Popular (ANP), no qual o PAIGC era definido como único partido permitido no país (SILVA, 2010).

Nisso o núcleo partidário decidiu formar uma comissão multipartidária encarregada de elaborar uma nova constituição, que orientasse o país aos moldes de um regime multipartidário e democrático. Havia argumentos de que a comissão formada em 1992 teria

ajudado e favorecido o partido-militar (PAIGC) a retardar a transmissão do poder para a uma Assembleia Nacional Multipartidária (ANM) que incluisse uma oposição emergente (HARTMAN, 2009; KOUDAWO, 2001, SILVA, 2010). Assim, foi feita uma terceira revisão constitucional, legalizando dezenas de novos partido políticos, criando assim a chamada *Comissão Multipartidária de Transição* (CMT).

Portanto, a modificação constitucional do regime para uma nova fase, induziu profundas alterações não só em nível constitucional, propiciando a desconcentração do poder político e o fortalecimento da sociedade civil. A Guiné-Bissau deixou de ser um país com um sistema de partido único para multipartidarismo, e passou a esboçar um processo político liberal e democrático (RUDIBECK, 2001).

A concretização do processo liberal atingiu o seu auge com as realizações das primeiras eleições multipartidárias em 1994, que foram efetuadas em dois turnos de votações. Neste pleito o partido PAIGC, conquistou a maioria dos votos na Assembleia Nacional Popular (ANP), ao passo que o Partido de Renovação Social (PRS) alcançou a segunda posição.

Abaixo apresentamos alguns dados desse processo. A tabela 1 contém os nomes e as siglas dos principais partidos políticos.

Tabela 1. – Nome e siglas dos partidos políticos.

Nome do partido por extenso	Sigla
Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde	PAIGC
Resistência da Guiné-Bissau e Movimento Bafatá	RGB-MB
Partido da Renovação Social	PRS
Partido de Convergência Democrática.	PCD
Partido União Social Democrata	PUSD
Frente de Libertação Nacional para Guiné.	FLING
Fórum Cívico Guineense Social Democracia.	FCG-SD
União para Mudança	(LIPE) UM

Fonte: Fonte: Tabelado e organizado pelo autor com base em: *AfricanElection Data Base* (1994). <http://africanelections.tripod.com/gw.html>.

A tabela 2 resume alguns elementos com respeito à participação eleitoral na Guiné-Bissau nos pleitos ocorridos em julho e agosto de 1994

Tabela 2. Participação eleitoral na Guiné-Bissau em 1994

1ª Volta		2ª Volta	
Eleitores inscritos	400,417	Eleitores Inscritos	400,417
Totais dos votos	357, 682	Totais dos votos	326,615

Votos inválidos	49, 059	Votos Inválidos	16,868
Totais dos votos válidos	308,623	Totais dos votos válidos	309,747
Taxa de participação (%)	89,30%	Taxa de participação (%)	81,60%
Data do pleito	03/07/1994	Data do pleito	07/08/1994

Fonte :
Tabulado pelo autor

com base em: AfricanElection Data Base (1994). <http://africanelections.tripod.com/gw.html> (acesso em 28.05.16)

Na tabela 3 listamos os resultados do processo eleitoral para a Presidência da República.

==t3 Tabela 3. -- Votação para a Presidência da República da Guiné-Bissau em 1994. (%)

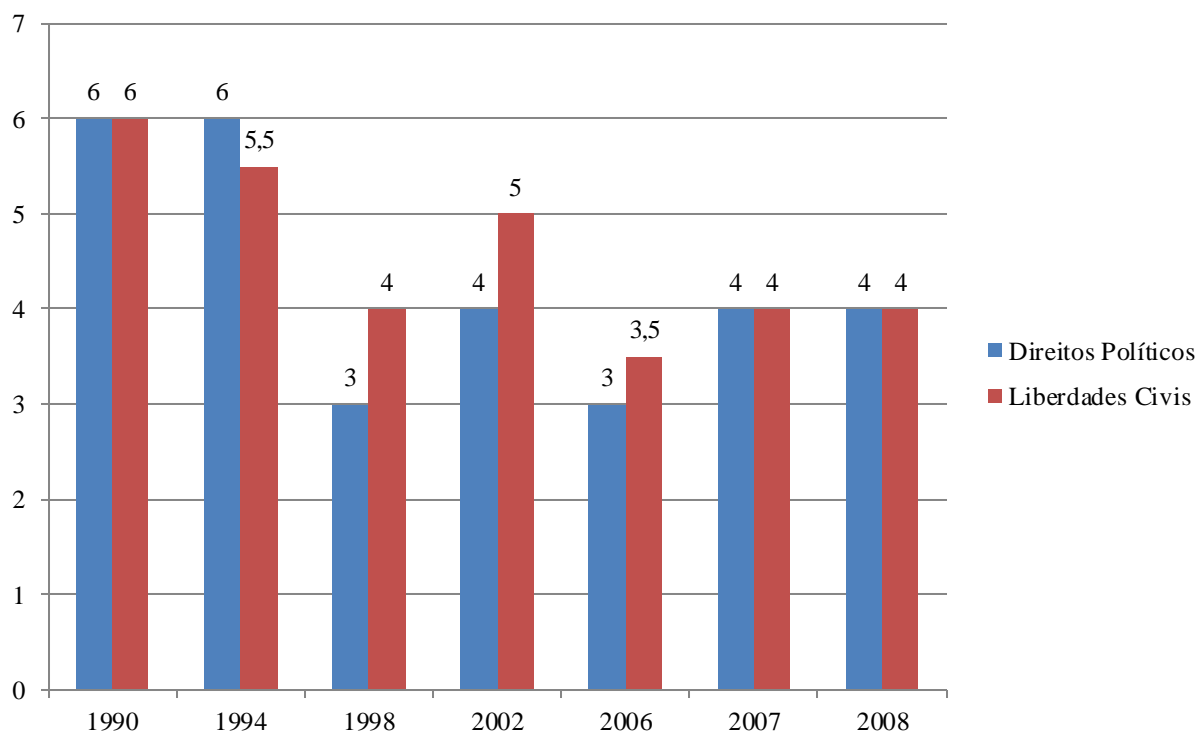
Candidatos e Partidos	1. ºPrimeira Volta		2. Segunda Volta	
	N.º Votos	% dos votos	N.º Votos	% dos votos
João B. Nino Vieira (PAIGC)	142, 577	46,20%	161, 083	52.00%
Kumba Ialá (PRS)	67, 518	21.88%	148, 644	48.00%
Domingos Fernandes (RGB-MB)	53, 825	17.44%	-	-
Carlos Gomes (PCD)	15, 645	5.7%	-	-
François Mendy (FLING)	8, 655	2.80%	-	-
Bubacar R. Djaló (LIPE) UM	8, 506	2.76%	-	-
Vitor Saúde Maria (PUSD)	6, 388	2.07%	-	-
Antonieta Rosa Gomes (FCG-SD)	5, 509	1.79%	-	-

Fonte: Modificado pelo autor com base em: Comissão Nacional das eleições, República da Guiné-Bissau (1994); *AfricanElection Data Base* (1994) (<http://africanelections.tripod.com/gw.html>).

Essa nova fase do período democrático ficou assim marcada com a vitória do PAIGC, na eleição presidencial e legislativa. O Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) estava no poder por período longo, desde a independência nacional conquistada em 1974. A novidade na política da Guiné Bissau com o pleito eleitoral de 1994 é que pela primeira vez o país experimenta uma situação de multipartidarismo (KOUAWO, 2001; DJALO, 2000; NÓBREGA, 2003).

Depois do escrutínio eleitoral nas eleições presidenciais e legislativas do mesmo ano, a Guiné-Bissau começou a se encaminhar para a lista dos países considerados parcialmente livres em um estudo feito pela comunidade internacional. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a *Freedom of House*, apontaram o crescimento significativo do país nesse aspecto. Na linha de países “parcialmente livres”, O gráfico de nº. 1. abaixo demonstra a discrepância das liberdades políticas e civis entre 1990 a 2008 numa escala de 1 (livre) a 7 (não livre). (Cf. HARTMAN, 2009).

Gráfico nº. 1. Evolução da escala das liberdades políticas e civis na Guiné-Bissau, 1990/2008



Fonte: Elaborado por autor, com base em Harman, 2009; e *Freedom in the World*, 2008.

Essa queda no índice que mede a concentração do poder político revela que a ampliação dos direitos políticos e liberdades civis na Guiné-Bissau tem sido um dos elementos propícios para o processo democrático nacional. As eleições presidenciais e legislativas que ocorreram em 1994 permitiram uma nova configuração política e militar (HARTMAN, 2009; RUDEBECK, 2010).

No seio das Forças Armadas (antiga FARP) algumas reformas foram implementadas como a redefinição do Estatuto e das normas militares, a reestruturação das instituições de segurança nacional, treinamentos e escolarização dos militares, restabelecimento de campos de saúde de sector de segurança, como hospitais, farmácias, clínicas, entre outros. Mas as questões étnicas e as facções no interior da instituição permaneceram pois os **Balantas**, mesmo compondo grupo majoritário nas Forças Armadas, ainda continuam sendo privados dos cargos considerados relevantes naquela instituição.

Com o processo da exclusão étnica que vem se alastrando após a acusação do golpe de Estado em 1985 por esse grupo, o regime de Vieira as chefias militares **Balantas** foram afastadas dos assuntos do Estado e das instituições das FFAA – apesar das mudanças

constitucionais, das reformas no seio das FFAA, e da transição democrática, que de fato contribuíram a democratização do regime.

Além disso, é bem verdade que as questões étnicas jogavam um papel importante na administração do regime, pelo menos por um curto período do tempo. Durante a administração do regime do PAIGC e da presidência de João Bernardo Vieira, desenvolveu-se um sistema de solidariedade e camaradagem entre os membros do grupo da etnia *Papel* sobre o aparelho de Estado e nas Forças Armadas (KOUDAWO, 2001).

A etnia *Papel* passou a dominar o cenário político e militar no país, apesar dos cargos da chefia das Forças Armadas ainda serem encabeçados por um membro da etnia Mandinga, **Ansumané Mané** – Chefe de Estado Maior e General das Forças Armadas – CEMGFA. O quadro n.º 5 abaixo resume alguns dados sobre as funções desempenhadas por veteranos de guerra e membros do aparelho de Estado durante a década de 1990.

==q5 Quadro 5. Alguns veteranos de Guerra e membros do aparelho do Estado na década de 1994, durante o regime de João Bernardo Vieira.

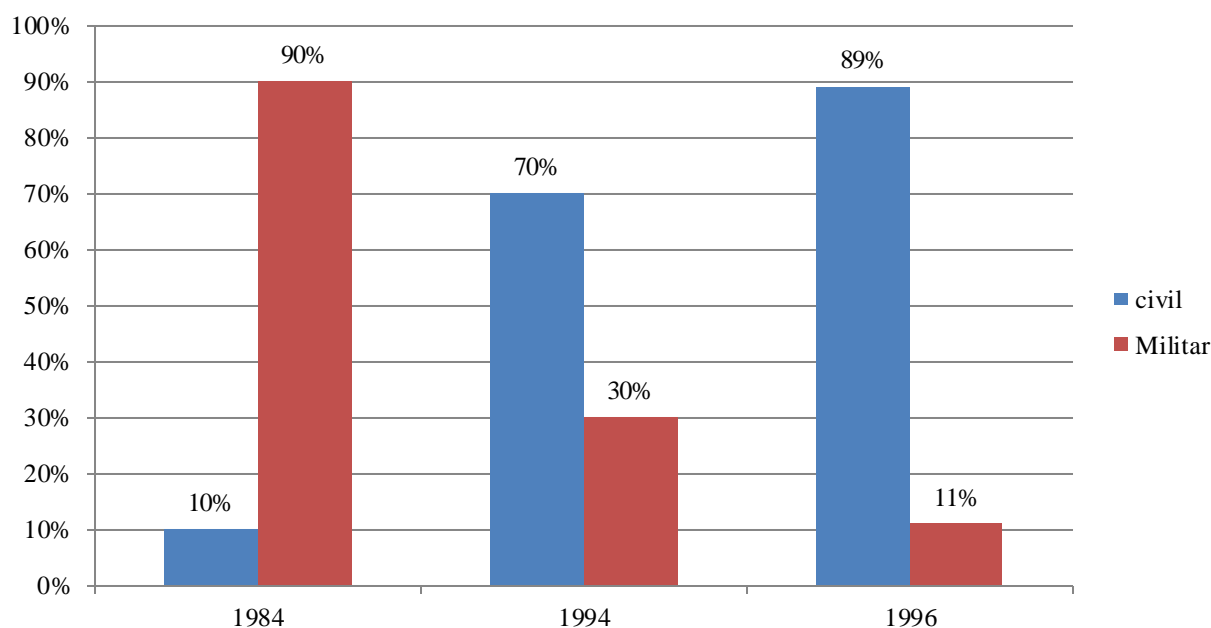
Nome	Cargos	Veteranos / Guerra	Etnia
João Bernardo Vieira	Presidente da república	Militar	Papel
Manuel S. da Costa	Ex - Primeiro Ministro	Militar	Papel
Carlos Correia	Primeiro Ministro	Militar	Papel
Ansumané Mané	Chefe das FFAA	Militar	Mandinga

Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante mencionar que a presença dos militares tanto no partido como no regime foi reduzida devido as mudanças constatadas após as eleições. A partir deste momento a ala militar do partido começou a ser substituída gradativamente pelos civis.

A grande maioria dos ministros do Estado após eleição de 1994 passou a ser formada por civis, uma diferença importante em comparação com o gabinete do governo na década de 1980, onde a maioria dos ministros do Estado se constituía por militares. Se em 1984, 90% dos cargos no governo eram ocupados por militares, em 1994, 70% dos cargos públicos foram encabeçados por civis, além dos cargos ocupados pelo presidente da república e primeiro ministro. O gráfico de n.º 2 abaixo contrasta essa queda acentuada entre os anos de 1984 e 1996, com a saída dos ministros do estado militares e a chegada dos civis.

Gráfico 2. Distribuição de ministros de Estado entre civis e militares durante os anos de 1984/1994/1996



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em: Forrest (2002); Monteiro (2013), Silva (2013) e Antônio. Disponível em: <http://www.didinho.org/SeminarioDebaterf11.pdf>. Acessado no dia 9/04/2015.

Apesar da chegada de civis no gabinete, os cargos chaves ainda eram dominados pelos militares ou antigos combatentes, em sua maioria filiada ao partido PAIGC e da etnia Papel, ambos subordinados e controlados pelo ex-presidente da república, general Vieira (KOUAWO, 2001). A questão étnica foi crucial para o PAIGC, na medida em que a desmilitarização do regime vai acontecendo gradativamente, deixando de lado os militares *Balantas* nos cargos relevantes, ainda que este grupo fosse majoritário nas FFAA da Guiné-Bissau. Conforme JAUARÁ, (2007):

O presidente Nino Vieira decidiu afastar a maioria de oficiais dessa etnia, enviando-os para a guarnição de fronteira e/ou para comporem as forças de paz solicitadas pelas Nações Unidas (ONU). Ao mesmo tempo, iniciou a política de rejuvenescimento do oficialato das forças armadas, promovendo jovens oficiais que tinham terminado a Academia Militar para oficiais superiores no exterior. Muitos desses jovens eram, na ocasião, tenentes e foram promovidos para majores e tenentes-coronéis e, paralelamente, os antigos oficiais da época de libertação foram progressivamente perdendo comando; alguns ficaram nas forças sem funções específicas e boa parte dos antigos oficiais foi compulsoriamente para a reserva, sem remuneração condigna. Essas medidas eram mais cautelares do que a efetiva renovação do comando; visavam, principalmente, a inviabilizar qualquer articulação dos oficiais oriundos da luta de libertação contra o presidente Nino Vieira. (Jauará, 2007, p.03)

Além disso, Vieira estava preocupado com a própria questão da manutenção do poder, e tendo consciência dos custos do processo de transição e da abertura política, também este temia um golpe de Estado por parte daquele grupo étnico, como aconteceu no caso de 12 de outubro de 1985.

Deste modo, vai haver uma elitização do aparelho do Estado, mais especificamente nas instituições da defesa e segurança, ambos vinculados aos antigos combatentes da etnia Papel, a mesma do presidente Vieira, descrita por KOUDAWO (2001) como “*os círculos informais do chão de papel sobre o aparelho do Estado*”. Mesmo tendo uma redução significativa das elites militares no comando do Estado, Nino Vieira nunca descartou a importância das chefias militares da etnia Papel no comando do partido e do regime, apesar da redução da importância das elites oriundas da classe castrense no regime.

No aparelho estatal e nas instituições nacionais, as elites militares que antes ocupavam cargos-chaves no aparelho de Estado, alguns sem ter concluído o ensino médio ou superior, foram progressivamente desalojadas das suas funções, cedendo lugar para jovens recém-formados que tinham terminado academia militar no exterior (JAUARÁ, 2007). Essa alteração nas cúpulas, todavia, teve pouco reflexo na estrutura da corporação militar, cuja maioria ainda era formada pela mesma etnia do presidente Vieira (*Papel*), além de outros grupos étnicos (com exceção dos *balantas*).

Os integrantes da elite militar, que costumeiramente se imiscuíam nos assuntos políticos, monopolizavam o poder político nacional e controlavam as instituições do Estado, passaria a ter uma participação mais tímida na política em comparação com as décadas anteriores. O PAIGC – partido com maior número de *antigos combatentes* e de elites militares nas suas fileiras – decidiu reorganizar e reestruturar internamente o seu núcleo partidário após a vitória nas eleições.

Assim, algumas lideranças da classe castrense foram cortejadas com cargos de confiança nas instituições da defesa e segurança, mas tiveram que ceder lugar para cidadãos civis (nos quais alguns eram formados no exterior) nos assuntos não estritamente militares do Estado. A neutralidade das elites militares no processo de transição democrática pós-eleitoral era uma estratégia usada pelo presidente e pelo PAIGC. A oferta dos cargos a jovens formados no exterior era mais frequente para o auxílio nas diretorias centrais dos serviços militares. Não houve a renovação da elite militar, e nem mudança estrutural do *corpus*. As promoções eram evidentes, alguns destes jovens acabam acendendo, mas na cúpula se mantém a concentração do poder nas chefias militares do PAIGC, reforçando as etnias Papel (além de outros grupos), mas com a exclusão das elites militares da etnia *Balanta*. Essa era a atmosfera vivida em muitos países africanos entre as décadas de 1980 e 1990, o aparelho estatal não só era governado pelo partido único, como também as decisões e mandatos se

concentravam nas mãos das elites militares, frequentemente centralizada num grupo étnico, como é o caso da Guiné – Bissau.

A ausência de alternância entre os grupos dirigentes se observa no país à despeito das eleições de 1994, a elite da classe castrense nacional ditava ordens e não permitia qualquer medida prática que pudesse afetar a sua posição dominante na estrutura de poder. Era impossível pensar numa transição democrática em nível nacional num país que era governado pelo partido único (PAIGC) e pelas chefias militares.

Até antes do período eleitoral havia no país uma ingerência das elites militares no poder político; após as eleições de 1994 essa situação foi revertida, mas de modo parcial, pois a ingerência das chefias militares nos assuntos do Estado efetivamente diminuiu. A fidelidade constitucional por parte dos dirigentes da classe castrense era cada vez mais percebida pela comunidade guineense. O país passou a vivenciar uma cultura institucional ética de acordo com os princípios que regem a constituição do país. Esses princípios e valores mapearam o processo político nacional de modo nunca antes visto no país, pelo menos até 1997 (KOUAWO, 1994).

Portanto, mesmo com as mudanças estruturais feitas após as eleições de 1994, é bem evidente que algumas funções-chaves ainda permaneceram no comando da elite militar como o cargo do Presidente da República (nesse caso, ele venceu as eleições presidenciais de 1994, e elegeu o primeiro ministro, porque a constituição da república permitia), além do primeiro ministro e ministro do interior, dois cargos importantes que permaneceram nas mãos de lideranças provenientes do regime anterior. Apesar do caráter limitado da renovação ela aconteceu nota-se que pelo menos algumas mudanças foram feitas, pelo menos até 1997, quando aparece a crise econômica e venda de armas. Este assunto será examinado no próximo capítulo.

==hVIII. CONFLITO POLÍTICO MILITAR DE 1998, A PRIMEIRA GUERRA CIVIL NA GUINÉ-BISSAU: INTERFERÊNCIAS DAS CHEFIAS MILITARES NO PROCESSO POLÍTICO.

O conflito político militar na Guiné-Bissau em 1998 e 1999 teve a sua origem nas vésperas de mês de junho de 1998, com a crise da venda de armadas envolvendo os militares e políticos guineenses. O então presidente, João Bernardo Nino Vieira, através de Assembleia Nacional Popular, decidiu criar uma Comissão de Inquérito (CI) formada por partidos políticos para investigar o ocorrido. O CI concluiu e acusou o então Chefe do Estado Maior e General das Forças Armadas – CEMGFA, Ansumane Mané de estar envolvido com o tráfico das armadas para os “Rebeldes de Cassamance”, no Senegal.

O Presidente da República decidiu então afastar e prender “por decreto presidencial” o acusado Ansumane Mané (ABREU, 2013). Dois dias depois, o general Mané reagiu à voz de prisão, e formou uma Junta Militar (JM). Esse processo desencadeou o surgimento de primeira Guerra Civil no país, formada em dois blocos:

De um lado havia o presidente da república, João Bernardo Nino Vieira, com os seus seguidores leais ao governo, e posteriormente apoiados pelos militares dos países vizinhos, como Senegal e Guiné - Conakry. No lado oposto, encontrava-se a Junta Militar (JM), dirigida por Ansumane Mané, Ex - Chefe de Estado Maior e General das Forças Armadas (CEMGFA), que tinha sido demitido das suas funções pelo Nino Vieira.

A JM era composta na sua grande maioria por ex-combatentes da guerra de libertação nacional, dos quais a etnia **Balanta** que contava com um número significativo dos soldados e militares em comparação com outros grupos étnicos que se filiaram aquele comando militar (entre os grupos étnicos que aderiram à Junta Militar 62% eram formados por balantas e 38% pertenciam a outros grupos)²

A adesão da etnia **Balanta** à JM se explica primeiro por rivalidades étnicas e políticas – tendo em mente o caso de 12 de outubro de 1985, no qual mais de dezenas de militares daquela etnia foram torturados e assassinados durante o regime de PAIGC; além disso, um segundo fator importante foi a marginalização dos quadros do grupo **Balanta** das instituições nacionais, principalmente nos cargos considerados chaves durante o governo de Nino Vieira (KOUAWO, 2001). Essa exclusão facilitou a integração em massa dos **Balantas** à Junta

² Os percentuais foram compilados pelo autor com base <http://tchogue.blogspot.com.br/2012/11/ficou-aprovado-que-os-balantas-sao.html> (acesso em 2/03/2016) e <http://www.oplop.uff.br/relatorio/rafaelabreu/2235/relatorio-oplop-21-desconstrucao-de-uma-nacao-os-conflitos-na-guine-bissau> (acesso em 28/05/2016).

Militar. Desse modo, a recém formada instituição (JM), vai sendo organizado hierarquicamente por ex-militares e antigos soldados que lutaram pela independência nacional, a maior parte dos quais a maioria era da etnia Balanta.

Por outro lado, o então Presidente da República, general Vieira, apelou às forças estrangeiras de Senegal e da Guiné-Conacri. A vinda de soldados estrangeiros espalhou uma indignação por parte da sociedade civil guineense, partidos políticos, opinião pública, detonando o conflito. Esse episódio transformou estritamente o conflito em guerra civil, opondo os dois lados. Assim, JM acabou tendo mais adeptos por parte da comunidade guineense. Zeverino (2006) fez uma leitura minuciosa a respeito deste caso. Segundo este autor,

Perante á revolta e face á constatação de que a esmagadora maioria dos militares guineenses se tinha associado á auto-intitulada Junta Militar, o órgão supremo dos rebeldes, Nino Vieira viu-se obrigado a apelar á intervenção das tropas do Senegal e da Guiné-Conacry. Este pedido foi feito à luz de acordos de defesa mútuos assinada pelos três países e para salvaguarda de um regime constitucional e democrático. Aliás, Nino Vieira afirmou, em sua defesa, que os revoltosos tinham tentado levar a cabo um golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito, o qual tinha o direito de apelar à ajuda internacional. No entanto, estes acordos de defesa previam a ajuda destes países à Guiné-Bissau em caso de agressão externa, que não era obviamente o caso. Este fato contribuiu para que a população se fosse cada vez mais aproximando das posições da junta militar. (Zeverino, 2006, p.17)

Durante a guerra, as duas alas envolveram-se num conflito sangrento, resultando em mortes, sequestros, pilhagem e paralisação da economia nacional. No dia 13 de Novembro de 1998, o processo da manutenção da paz foi finalmente concretizado com o acordo de Abuja – na Nigéria. Este acordo foi assinado pela Comunidade Económica dos de Estados da África Ocidental (CEDEAO) e mais dois líderes de ambos os lados envolvidos no conflito, o general Nino Vieira, representando as Forças do Governo e Ansumane Mané, em nome da Junta Militar (KOUAWO, 2001; KOHL, 2014). A assinatura do acordo por partes envolvidos no conflito previam uma série de medidas que estão sumariadas no quadro 6, a seguir:

==q6 Quadro 6. Acordo de Paz de Abuja / Nigéria – 01 de Novembro de 1998

*A afirmação do acordo de cessar-fogo assinado em agosto de 1998 na cidade de Praia

*A retirada total das tropas estrangeiras da Guiné-Bissau. Esta retirada será feita simultaneamente com o envio de uma força de interposição da ECOMOG que substituirá as tropas retiradas.

* As forças de interposição garantirão a segurança ao longo da fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal, mantendo as partes separadas e permitindo as organizações e agências humanitárias o livre acesso às populações civis afetadas. Ao mesmo tempo, o aeroporto internacional Osvaldo Vieira e o porto de Bissau serão imediatamente abertos.

* A criação de um governo de unidade nacional, que em conformidade com as posições do acordo já assinado pelas duas partes compreenderá entre outros os representantes da autoproclamada Junta Militar.

* A organização de eleições gerais e presidenciais até o fim de Março de 1999. As eleições serão supervisionadas por observadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade Internacional.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Guilherme Zeverino & Luís Castelo Branco (2006): Guiné-Bissau – A Missão de Observação Eleitoral Internacional 1999/2000.

Após longos dias de debate, o acordo de Abuja foi ratificado em Lomé, no Togo, no dia 17 de fevereiro de 1999. O acordo de paz assinado por ambas as partes, e concluído com a constituição de um governo provisório. Francisco José Fadúl, antigo líder de oposição, foi escolhido para dirigir o governo. Em 20 de Fevereiro de 1999, o então governo tomou a posse.

O presidente deposto Nino Vieira, não satisfeito com a formação do governo de transição, bem como a perda do poder, decidiu desencadear uma ofensiva com objetivo de recuperar o seu prestígio. Nessas manobras, a guerra voltou mais uma vez, num violento combate final, com a tomada do palácio presidencial por parte da Junta Militar (JM), e Nino Vieira viu-se obrigado a se refugiar na embaixada de Portugal (ABREU, 2013). Depois de ter ficado por mais de alguns dias naquela representação diplomática em Bissau, renunciou e pediu asilo político para Lisboa, capital de Portugal. Com a renúncia do presidente Vieira e a obrigação de abandonar a política do país forçado pelos militares, a classe castrense passou a interferir nos assuntos políticos, criando desta forma divergências no seio destes e mais uma vez fez surgir facções internas naquela instituição.

==h2 VIII.1 Desfecho da Guerra civil e as tentativas da formação de um governo militar através da “Carta Magna”

A implementação do referido projeto de mudança estava prevista no acordo assinado em Abuja (Nigéria) em 1 de Novembro de 1998, quando foi concretizada com a formação de um novo governo provisório nacional. Esse ajustamento político foi formalizado num documento intitulado “Projeto de Pacto de Transição Política”, estabelecido entre os partidos políticos, elites militares, o governo de transição e Assembleia Nacional Popular, definido

como o “Quadro legal para a condução da normalidade”, aprovada e ratificada no dia 21 de Maio de 1999 (KOUAWO, 2001).

A formação de um governo central contido na carta (Projeto de Pacto de Transição Política) para institucionalizar um governo civil e democrático, foi um passo importante para normalizar o processo da paz. Contudo, o conteúdo da nova carta não era abertamente claro, e havia algumas brechas que favoreciam alguns membros da Junta Militar, mais especificamente o Comando Supremo daquele órgão, através de posições-chaves no processo administrativo e decisório do novo governo. Assim as relações entre o governo civil e Junta Militar deterioraram-se. A respeito deste fato, Rudbeck, (2001) aponta que:

Por um lado o objetivo definido do pacto era “a condução do país a uma normalidade constitucional em condições de estabilidade institucional e política”. Por outro lado dava-se ao Comandante Supremo da Junta Militar, ou seja, o Ansumane Mané, um lugar muito central neste documento de transição constitucional. Segundo este, o primeiro ministro deveria manter o presidente e o comandante da junta informados das suas ações (artigo 4) e para além disso, o presidente só poderia exercer algumas das suas competências com autorização expressa do comandante da Junta Militar (artigo 6.2). Tratava-se aqui de competências tais como eleger ou depor o primeiro-ministro, membros do governo, o comandante supremo das forças militares, o Procurador Geral da República (não incluindo os juizes); amnistiar ou alterar sentenças; dissolver a assembleia nacional e demitir o governo em caso de crise grave (artigos 7.1 e 7.7). No que diz respeito às competências do governo de transição o pacto refere-se diretamente (artigo 10) ao acordo de paz de Abuja que assenta na divisão de poderes entre o presidente (“Nino” na ocasião da assinatura do acordo da paz em 1 de Novembro de 1998) e o comandante da junta. Por fim estabelecia tratado também que o governo de transição era responsável politicamente perante o presidente da república, o comandante supremo da junta militar e a assembleia nacional (artigo 12). Segundo o pacto de transição era exigida assim a participação e a provação do poder militar em situações fundamentais do exercício da autoridade do Estado. (RUDEBECK, p. 31, 32, 2001).

Desta feita, o conteúdo da carta de transição nacional para uma democracia tratava de uma autoridade e legitimidade do poder do Estado, permitindo deste modo a legalização do poder das forças de segurança e das elites militares. Levando em consideração o conteúdo da assinatura, as chefias militares e os membros dirigentes do governo provisório nacional passaram a ter opiniões contrárias no que diz respeito às questões específicas da administração pública.

No fundo, o tratado da carta visava à politização do poder das chefias militares. As elites da classe castrense tinham percebidos com clareza o conteúdo da carta e como o poder deveria ser exercido. Boa parte deles – mais especificamente a diretoria central da Junta Militar, composta na sua maioria por altos oficiais das forças armadas – compreendia que o Governo Provisório tinha que ter atenção especial aos seus dirigentes e as suas exigências (KOUAWO, 2001). A partir deste momento, levando em conta adesão em massa dos *Balantas* na JM, a carta possibilitou e fortaleceu ainda mais a própria JM e as suas elites, cuja maioria era proveniente daquele grupo étnico.

Por isso boa parte dos cientistas sociais e políticos guineenses veem o regime após o golpe de 1999 como a **Balantalização** do poder político nacional, na medida em que aquele grupo, era majoritário tanto nas FFAA como na elite da classe castrense –o presidente eleito em 2000, Kumba Yala, também era Balanta.

As decisões giravam em torno destes por um longo período do tempo. Portanto, a assinatura do tratado da carta de transição por um lado facilitou a ingerência do Comando Supremo de Junta Militar (CSJM) a imiscuir-se no processo político e decisório do então governo formado, propiciando desta forma as tentativas das elites militares de dirigirem o país. Assim, a promessa da classe dirigente de Junta Militar de voltar aos quartéis conforme foi estabelecido no acordo de Abuja, não foi cumprida, pois havia a intenção destes em manter-se no poder, pelo menos por período mais longo (RUDEBECK, 2001).

O resultado mais concreto e visível foi a tentativa das chefias militares daquele órgão formalizar outra carta denominada “Carta Magna”, que tinha uma proposta avançada de institucionalizar constitucionalmente a ‘Junta Militar’. Diferentemente da carta de assinatura de acordo de Abuja em Nigéria, o teor da “Carta Magna” estipulava a obrigatoriedade do Presidente da República consultar as elites da JM, e não Assembleia Nacional Popular, em questões da deposição do governo, ou em eventuais crises que poderiam afetar a República da Guiné-Bissau (KOUDAWO, 2001).

Pode-se perceber que as intenções elite da classe castrense guineense após o desfecho da guerra civil de 1998 eram bem claras: havia uma tentativa por parte deles de instrumentalizar e controlar o aparelho estatal, para, em seguida estabelecer um regime altamente elitizado. O fato só não foi concretizado devido às divergências internas e surgimento das facções no seio das elites militares inclusive entre os **Balantas**, o grupo majoritário da Junta Militar.

A ideia e tentativa de institucionalizar um regime estritamente centralizado nas cúpulas militares suscitou não apenas a desconfiança por parte de alguns membros e chefias da própria Junta Militar, que não estavam de acordo com tal proposta, como também essa manobra criou dúvida entre os partidos políticos, que criticaram severamente a classe dirigente daquele órgão. As respostas a tais críticas foram rapidamente pronunciadas pelo diretor supremo da JM, General Ansumane Mané. Rudebeck (2001) aponta que:

Ansumane Mané assegurou durante uma visita ao país vizinho Cabo Verde que o objetivo da ‘Magna Carta’ não era introduzir uma ditadura mas sim consolidar a democracia da mesma forma como aconteceu em 1974 em Portugal, quando o regime fascista aí foi derrubado. Em Bissau o primeiro-ministro Fadul acalmou a opinião dizendo que a “Magna Carta” era o resultado de única pessoa e não

representava a Junta como tal. No seio da própria Junta militar a discussão parece contudo ter continuado, entre outras ocasiões, durante uma reunião de um dia realizada uns dias mais tarde onde, segundo relato feito por círculos bem informados, as divergências continuaram a manter-se. (RUDEBECK, p. 33, 2001).

A crítica acima mencionada possibilitou “certa normalização”, verificada principalmente com a concretização e estabelecimento das eleições presidenciais e legislativas no ano 2000, que contaram com um largo apoio dos organismos internacionais. Assim, o desfecho da guerra civil na Guiné-Bissau em 1998, que destituiu o governo de Nino Vieira eleito em 1994, teve marcantes consequências. Por um lado, havia uma forte instrumentalização política por parte das elites militares ao poder político nacional, principalmente com a tentativa de criar um governo militar através da ‘Carta Magna’.

Por outro lado, no seio das FFAA, a busca incessante pelo poder por parte das elites criou as divisões internas, e facções no seio da classe castrense, acarretando em acusações, intrigas, mortes e tentativas de assassinatos. Portanto, a elite militar posterior à guerra civil só não tomou o poder por causa das divergências internas, explicitadas no surgimento das facções no interior da classe castrense. O desfecho da guerra civil na Guiné-Bissau surtiu efeitos posteriormente tanto por parte das elites militares, que terá consequências futuras, conforme veremos no próximo capítulo.

==h2 VIII. 2. Eleições Legislativas e Presidenciais de 2000: A elite militar e o regime de Kumba Yala.

A realização das eleições legislativas e presidenciais ocorreu em Novembro de 1999 e Janeiro de 2000, conforme foi estipulado no acordo do tratado da paz. O Partido de Renovação Social (PRS) venceu o pleito eleitoral, e o seu líder, Kumba Yala, foi eleito presidente da República da Guiné-Bissau. Todavia, o PRS não conseguiu obter a maioria parlamentar como se esperava. O partido do general João Bernardo Vieira, o PAIGC, desta vez liderada pelo Malam Bacai Sanha, ex-presidente do Governo Provisório (GP), que liderara o país durante a crise política de 1999, perdeu lugar na presidência e no parlamento. Surpreendentemente, o escrutínio eleitoral de final de 1999 e início de 2000 obrigaram mais uma vez segunda volta das eleições. As tabelas 4, 5 e 6 registram os resultados das eleições legislativas e presidenciais ocorridas entre 1999 e 2000.

==t4 **Tabela 4.** Resultado final das eleições legislativas ocorridas em Novembro de 1999

Partido (Coalizão)	Números de assentos [total=102]
Partido de Renovação Social (PRS)	38

Resistência da Guiné-Bissau Movimento Bafatá (RGB-MB)	29
Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo (PAIGC)	24
Aliança Democrática (AD)	3
União para Mudança (UM)	3
Partido Social Democrata (PSD)	3
Frente Democrática Social (FDS)	1
União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP)	1

FONTE: Elaborado pelo autor com base em *African Elections Data Base*.

==t5 **Tabela 5.** Resultado final das eleições presidências de Novembro de 1999/ Janeiro de 2000

Candidatos (Partidos)	Primeira volta		Segunda volta	
	N. Votos	% Votos	N. Votos	% Votos
Kumba Yala (PRS)	143, 996	38.81 %	251, 193	72. 00%
Malam b. Sanha (PAIGC)	86, 724	23.37%	97, 670	28.00%
Faustino F. Imbali	30, 484	8.22%	-	-
Fernando Gomes	26. 049	7.02%	-	-
João Tátis Sá	24, 117	6.50%	-	-
Abubacar Baldé (UNDP)	20, 192	5.44%	-	-
Bubacar R. Djaló (LIPE)	12, 026	3.24%	-	-
Joaquim Baldé (PSD)	8, 623	2.32%	-	-
Salvador Tchongó (RGB-MB)	6, 937	1.87%	-	-
José C. Mendes (FLING)	5, 311	1.43%	-	-
Mamadú Uri Baldé (PRP)	3, 580	0.96%	-	-
Antonieta R. Gomes (FCG-SD)	2, 986	0.80%	-	-

FONTE: Elaborado pelo autor com base em *African Elections Data Base*.

==t6 **Tabela 6.** Resultados das eleições presidências na segunda volta em todo o país em percentagens

Região	Kumba Yala (%)	Malam Sanha (%)	Votos Brancos (%)	Votos Nulos (%)	Votantes	Registrado	Desistentes
Tombali	66	31	2	1	25 216	35 203	26
Quinará	50	46	2	1	16 105	21 451	25
Oio	64	32	2	2	63 979	82 107	22
Biombo	88	8	3	2	20 398	30 998	34
Bol/Bijg	65	30	2	2	7 889	14 269	45
Bafatá	60	35	2	2	50 0 73	70 530	29
Gabú	67	28	2	2	43 423	62 811	31
Cacheu	81	14	3	2	44 703	69 300	35
Bissau	75	24	1	1	89 823	116 338	23
Total	69%	27%	2%	2%	361 609	503 007	28%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Comissão Nacional das Eleições, 2000; *African Elections Data Base*.

No pleito eleitoral para a Presidência da República havia uma expectativa por parte da população guineense de que Kumba Yala venceria logo na primeira rodada. Nas eleições legislativas, o Partido da Renovação Social (PRS) e Resistência Guiné-Bissau e Movimento-Bafatá (RGB/MB), os dois maiores partidos de oposição, conquistaram a maioria das cadeiras na Assembleia Nacional Popular (ANP). Em 9 de Dezembro 2000, foram anunciados os mandatos definitivos das eleições legislativas e presidenciais, no qual o PAIGC, absorveu uma cifra menor em relação aos dois partidos de oposição, acima mencionados.

Depois do escrutínio eleitoral, a estrutura do governo foi formada por uma coligação entre os dois maiores partidos de oposição, o PRS e a RGB-MB. Naquelas eleições de 2000

era evidente a vitória de Kumba Yala para Presidência da República, bem como dos partidos PRS e do RGB-MB nas eleições para o poder legislativo, devido ao descrédito da sociedade guineense no antigo regime do PAIGC (CHRISTOPHER, KOHL, 2010; KOUDAWO, 2001).

De uma maneira a outra, as eleições de 1999/2000, não só possibilitaram o fim da guerra civil, mas também permitiram um regresso temporário e confuso da democracia política e constitucional no país, pelo menos por um período escasso de tempo. Após o período eleitoral os militares não cessaram as suas interferências nos assuntos do Estado, pois ainda não havia se estabelecido no país a subordinação do poder da classe castrense em relação aos líderes civis. Os militares, mesmo tendo a consciência da assinatura dos acordos de paz, permaneceram em busca incessante pelo monopólio do poder político, (KOUDAWO, 2001).

Da mesma forma, as divergências e contradições entre as facções militares se tornaram cada vez mais acentuadas no seio daquela instituição. As desconfianças e divisões étnicas eram claras, e além do mais, a Guiné-Bissau parecia ter dois presidentes, o general Ansumane Mané, da etnia *Mandinga*, e o Presidente da República Kumba Yala, de etnia *Balanta*.

David O'regan e Peter Thompson, (2013), demonstraram que após as eleições presidenciais e legislativas que tiveram lugar no país em 2000, a Junta Militar através do seu líder, General Ansumane Mané, tinha fixado uma placa de "Co-Presidente" junto ao seu gabinete. Em 27 de fevereiro Kumba Yala já tinha nomeado Ansumane Mané como assessor de presidente, com status de ministro para as questões de defesa e segurança, e mais quinze militares nomeados formalmente como Ministros de Estado, dos quais boa parte era da etnia *Balanta*, a mesma do presidente Kumba Yala. A respeito deste fato, Huntington, (1996) alega que:

A política trata de metas do programa estatal de governo. Nesse campo a competência consiste em ter uma grande consciência dos elementos e interesses que integram uma decisão, bem como da consciência de possuir a autoridade legítima para tomar tal decisão. A política se situa além do escopo da competência militar e a participação de militares na política enfraquece-lhes o profissionalismo, reduz a competência profissional, divide a profissão contra si mesma e substitui valores profissionais por valores estranhos. Politicamente, o militar tem é que permanecer neutro. "O comandante militar jamais haverá de permitir que seu julgamento militar seja deformado por conveniência política". A área da ciência militar, embora independente, se subordina à área da política. (HUNTINGTON, p, 89, 1996).

Era evidente que essa circunstância política não se poderia manter por tempo indeterminado, pois as instituições e órgãos estatais já estavam em funcionamento, e o poder militar teria que se subordinar ao poder político, mas isso não aconteceu na prática. Rapidamente se instalou um impasse entre o Presidente democraticamente eleito, Kumba

Yalá e a Junta Militar chefiada pelo General Ansumane Mané. Essa oposição ficou mais clara quando o presidente promoveu alguns elementos da JM aos mais altos cargos da instituição, como, Generais, Major-General, Coronéis e Tenente Coronéis, Capitão de Mar e Guerra. A maioria dos promovidos eram da etnia Balanta.

A maioria de oficiais *Balantas* nas FFAA da Guiné-Bissau era evidente, na medida em que este grupo étnico sempre foi majoritário naquela instituição militar. Portanto, não é de se surpreender que os *Balantas* dominassem as FFAA do país e dos oficiais promovidos pelo presidente Kumba Yala.

Insatisfeito com a promoção dos militares, Mané alegou que a Guiné-Bissau possuía uma economia escassa e insuficiente para suportar todos os militares galardoados, porque o custo seria muito alto. Num ato de demonstração de autoridade, Ansumané Mané retirou as medalhas dados por Kumba Yala, aos militares (SÁ, 2010). Se no início do conflito civil de 1998, o número de oficiais militares já era preocupante, com a promoção dos cargos, esse número aumentou de forma significativa. Christophl Kohl, (2014) no seu trabalho intitulado “The Reform of Guinea-Bissau’s Security Sector”, enfatiza que:

Upon the war’s commencement, the strength of the military spiraled out of control: due to arbitrary recruiting measures, the number of soldiers doubled from 5,000 in 1997 to 11, 000 (Herbert 2003:22; Handem 2008: 153-154). A recently conducted military census confirm that the number of officers is disproportional to the number of rank and file soldiers (KOHL, p, 5, 2014)

Assim, o país passou a ter um número consideravelmente significativo de elites militares com altas patentes nas forças armadas, superando todos os anos anteriores, inclusive desde o período do regime de partido único. O quadro 7, abaixo, apresenta resultados de estudo realizado em 2008 pela ONU sobre a composição demográfica das elites militares e das Forças Armadas guineenses

Quadro 7. Composição demográfica das Forças Armadas da República da Guiné-Bissau após o conflito civil de 1999

		Proporção do total
{PATENTES}	Altos oficiais das FFAA	42%
	Sargentos e Cabos	38%
	Soldados rasos	20%
{RAMOS}	Exército	86%
	Força Aérea	4%
	Marinha	10%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gabinete Integrado das Nações Unidas para a consolidação da Paz na Guiné-Bissau; David O’Regan e Peter Thompson (2013).

A atitude do general Mane, líder da junta militar, de retirar as patentes e medalhas dos oficiais das elites militares promovidos pelo presidente Kumba Yala foi contestado por parte de algumas chefias daquela instituição, cuja maioria era formada por ex-combatentes da

liberdade de pátria e de etnia **Balanta**. Entretanto, Mané começou a perder o apoio no seio das elites militares e do presidente, e passou a ser visto como um dos perpetuadores e criadores de obstáculos no interior da elite da classe castrense (SÁ, 2010).

A crise política e militar intensificou de vez entre as chefias e dirigentes daquele órgão, quando o presidente da república, Kumba Yala, nomeou Veríssimo Correa Seabra, de etnia **papel**, como Chefe de Estado Maior das Forças Armadas (CEMGFA), em detrimento de Ansumane Mané. Não satisfeito com a situação, Mané ordenou a prisão de Seabra, então eleito chefe das CEMGFA. Essa controvérsia causou agitação, e intensificou ainda mais a divisão e formações das facções no seio das chefias militares guineense. Por um lado, havia as tropas leais de Ansumané, na sua maioria de etnia Mandinga e Muçulmana; e por outro lado, encontravam-se os seguidores de presidente Kumba Yala, majoritariamente de etnia Balanta e Cristão. (KOUDAWO, 2001; SÁ, 2010).

A efervescência política e militar entre Yala e Mané em 30 de Novembro de 2000, culminou com a morte deste último e detenção de alguns dos seus seguidores da etnia Mandinga e Muçulmana, por parte das tropas leais do presidente Kumba Yala, de maioria **Balanta**. Deste feito as divergências entre as elites militares demonstraram-se mais uma vez as consequências das clivagens das facções e dos grupos étnicos nas FFAA.

A morte de general Ansumane Mané reduziu a popularidade e o apoio do presidente Yala nas comunidades da etnia **Mandinga e muçulmana**, pois esses grupos étnicos têm uma força eleitoral e expressiva em nível nacional. Assim, o governo de Yala passou a ser visto pela comunidade nacional e internacional como um regime tribal, devido à aproximação política entre Kumba Yala, o partido PRS e as elites da Junta Militar, na maioria da sua etnia, a **Balanta**. Conforme Fernando, (2004):

Politicamente, a oposição lançou-se numa campanha de acusação de etnização do regime, como pretexto para denegrir a imagem de Kumba Yalá e do PRS, a fim de os derrubarem. Dentre alguns exemplos: Designar o PRS, partido no poder, como sendo o partido dos balantas. Contestar nomeações de indivíduos de etnia balanta para os mais altos cargos das instituições do Estado. Se o país teve entre 2000 e 2003, quatro Primeiros Ministros, sendo que 3 com filiação partidária no PRS e 1 independente. Se 3 destes Primeiros Ministros eram de etnia balanta e 1 não balanta. Se nos vários governos formados, também houve um reforço de representação étnica, nas instituições do Estado e apesar de se reconhecer a tendência de uma etnização do poder, não se teve o cuidado ao se lidar com o assunto. (FERNANDO, 2004, p. 10).

Era evidente de que as questões étnicas e tribais durante o regime de Kumba Yala, poderiam ser levadas em consideração, pois havia o predomínio daquele grupo étnico nas FFAA da Guiné-Bissau e na política do país naquela altura, e principalmente no partido PRS.

O quadro 8 faz um síntese da etnia dos indivíduos que foram primeiro ministro no governo Yala.

==q8 **Quadro 8.** Os Primeiros Ministros de Estado da Guiné-Bissau durante o regime do presidente Kumba Yala de 2000/2003

Nome	Etnia	Filiação/Partidária	Cargo Ocupado	Ano
Caetano N'Tchama	Balanta	PRS	Primeiro Ministro	2000/1
Faustino Imbali	Balanta	PRS	Primeiro Ministro	2001
Alamara Nhassé	Balanta	PRS	Primeiro Ministro	2001/2
Mário Pires	NB**	Independente**	Primeiro Ministro	2002/3

* NB = Não é da etnia Balanta

** INDEPENDENTE = Não é filiado do partido PRS

Fonte: Tabela pelo autor com base em: Fernando, (2004); Koudawo, (2001); e

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido para a Renova%C3%A7%C3%A3o Social](https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_para_a_Renova%C3%A7%C3%A3o_Social). Acessado no dia 7/2/2016. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista de primeiros-ministros da Guin%C3%A9-Bissau](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_primeiros-ministros_da_Guin%C3%A9-Bissau). Acessado no dia 7/2/2016.

Essa e outras situações fizeram com que o regime de Kumba Yala fosse tachado como tribal, étnico e **Balanta**, filiado ao Partido de Renovação Social (PRS). As clivagens étnicas se somaram à paralisação da economia nacional, e o governo de Kumba Yala acabou sendo destituído pelas elites militares chefiados pelo General Veríssimo Seabra Correia, de etnia **Papel**, nomeado pelo presidente Kumba Yalá durante o seu mandato.

Mais uma vez, as elites da classe castrense formaram um Comitê Militar para a Restituição da Ordem Constitucional e Democrática (CMROCD), presidido pelo general Veríssimo Seabra Correia, mentor do golpe de Estado, e mais 25 membros, todos promovidos pelo ex-presidente deposto, Kumba Yala, de maioria **Balanta**. Dentre os militares que destituíram o presidente Yala das suas funções, 98% são provenientes dos maiores escalões nas hierarquias das FFAA da Guiné-Bissau, como se pode ver no quadro 9.

==q9 **Quadro 9.** Lista dos oficiais militares que destituíram o regime de Kumba Yala em 2003

Nome	Patente	Ocupação
Veríssimo Correia Seabra	General	Chefe do Estado-Maior
José Zamora Induta	Coronel/Capitão	Porta Voz da Junta Militar
Emílio Costa	Tenente General	Vice- chefe de Estado-Maior
Tagme Na Waie	Major-general	Vice- chefe de Estado-Maior
Watna Na Laie	Major-general	
Melciades M Gomes Fernandes	Major general	Chefe de Estado- Maior/nomeado pelo P
Quirino Spencer	Almirante	Chefe de Marinha Naval
Bitchofla Na Fafe	Major general	Chefe de Ordem Pública
Buota Na Mbatcha	General	Vice – Chefe de Estado- Maior
Armando Gomes	Brigadeiro-general	
José Américo Bubo na Tchutu	Almirante	Chefe de Estado da Marinha (CEMAG)
Antonio Indjai	Brigadeiro - general	Chefe de Estado- Maior
José Nuno Loa	Brigadeiro-general	

Pedro Pereira Barreto	Coronel	
Domingos de Barros	Coronel	
Lassana N'Dami	Coronel	
Loa Na Fassa	Coronel	
Gletche na N'Ghanha	Coronel	
Aguinaldo N'da	Coronel	
Mussa Djata	Coronel	
Nhassé Na Sanhá	Coronel	
Aniceto Costa	Tenente-Coronel	
Mário N'Bundé	Coronel	
Braima Djedju	Tenente Coronel	
Carlos N'Tchama	Tenente Coronel	
Marcelino de Oliveira	Tenente Coronel	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em panapress; Relatório dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau: Acessado e consultado em 27/6/2015. <http://www.panapress.com/Composicao-do-Comite-Militar-que-tomou-o-poder-na-Guine-Bissau--3-443949-47-lang4-index.html>.

A maioria (90%) destes militares são da etnia *Balanta*, a mesma do presidente deposto das suas funções. As elites militares lideradas por Correia Seabra justificaram que o governo de Yala foi incapaz de resolver os problemas da Nação e do Estado, e era responsável pela ineficácia geral perante todas as crises econômicas que o país atravessava. Assim, Kumba foi obrigado a renunciar ao cargo do presidente da república e da política nacional por um período de cinco anos.

Com dissolução do governo de Yala, Seabra Correia, Chefe do Estado Maior e General das Forças Armadas (CEMGFA), auto proclamou-se presidente da República. Consequentemente, o país passou a conhecer três golpes de Estado bem sucedidos e encabeçados pelas elites militares e altos oficiais das forças armadas, como resumido no quadro 10.

==q10 **Quadro 10.** Lista dos generais que autoproclamaram presidente depois do golpe de Estado entre 1980 a 2003.

NOME	PATENTE	CARGO	DEPOIS DO GOLPE	ANO
Bernardo Vieira	General	CEMGFA	Presidente da República	1980
Ansumane Mané	General	CEMGFA	Co-Presidente	1999
Veríssimo Seabra	General	CEMGFA	Autoproclamou-se presidente	2003

Fonte: Elaborado e computado pelo autor com base em Silva (2010). Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebaterf11.pdf>. Acessado no dia 9/04/2015.

Depois do golpe de Estado de 2003 as elites militares anunciaram o regresso a um regime civil com as convocações de novas eleições presidenciais. Essa fase marcou mais uma vez a destituição do governo eleito e tomada do posto pelas chefias militares no país, conforme pode ser visto no quadro n. 10 mencionado acima.

IX. VOLTA DO GENERAL NINO VIEIRA E AS ELEIÇÕES DE 2005.

O golpe de Estado de 14 de Novembro de 2003, que obrigou a resignação do presidente Kumba Yala, deu início a um novo processo político com vistas à restauração democrática, no qual foi feito um acordo de assinatura da Carta de Transição Política (CTP), exigindo a formação de um governo e a realização das eleições legislativas e, posteriormente, as presidenciais. No dia de 30 de Março de 2004 foi realizado o escrutínio legislativo, no qual Carlos Gomes Junior – líder do partido PAIGC – venceu e conquistou a maioria de assentos parlamentares e assumindo o cargo do Primeiro Ministro. Em 19 de Junho de 2005, foram marcadas as eleições presidenciais na Guiné-Bissau.

O antigo presidente deposto pelos militares em 1998/9, durante a guerra civil, General João Bernardo Vieira depois de seis anos exilado no exterior retornou ao país e anunciou a sua candidatura independente. O partido PAIGC foi representado pelo ex- presidente do governo de transição de 1999, Malam Bacai Sanha. A disputa eleitoral de 2005 ficou marcada por dois turnos, colocando Bacai Sanha e General João Bernardo Vieira – ‘Nino’ – na disputa pela presidência da república. Nas tabelas 7 e 8 apresentamos os resultados dos votos obtidos pelos partidos e candidatos nas eleições legislativas de 2004, e no pleito presidencial de 2005.

Tabela 7. Eleições legislativas de Março de 2004 (percentuais dos votos obtidos e partidos com números de cadeiras no parlamento)

Partidos (Coligação)	Votos (%)	C.A.N.P*
Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde - PAIGC	33.88%	45
Partido de Renovação Social – PRS	26.50%	35
Partido União Social Democrata – PUSD	17.60%	17
União Eleitoral – EU	4.28%	2
Aliança Popular Unida – APU	1.36%	1

* C.A.N.P = Cadeiras na Assembléia Nacional Popular

Fonte: Elaborado pelo autor com base em: *African Elections Data Base* – 2005.

Tabela 8. Eleições presidenciais de Julho de 2005 (primeiro e segundo turno)

Candidatos	Partido	Primeiro turno		Segundo turno	
		N. Votos	% / votos	N. votos	% / votos
João B. Vieira	Independente	128, 918	28.87%	216, 167	52.35%
Malam B. Sanha	PAIGC	158, 276	35.45%	196, 759	47.65%
Kumba Yala	PRS	111, 606	25.00%	Nq*	Nq*

Nq = Não qualificado

Fonte: Modificado e elaborado pelo autor com base em: *African Elections Data Base* – 2005.

As eleições presidenciais de 2005 vencidas pelo ex-presidente General Nino Vieira (deposto em 1998/1999), ele se lançou como candidato independente, em uma estratégia usada pelo candidato com mais dois partidos de oposição, PRS – liderado pelo Kumba Yala – e Partido Unido Social Democrático (PUSD) chefiado pelo Jose Francisco Fadul. Boa parte de eleitores dos partidos acima mencionados apoiaram o ex-presidente Vieira. Apesar de o PAIGC ser agremiação partidária mais votada durante o pleito eleitoral, ela não conseguiu obter a maioria absoluta no parlamento, e o seu candidato Malam B. Sanha perdeu posto para Nino Vieira no escrutínio eleitoral daquele ano.

Empossado o presidente, Nino Vieira atendeu aos apoios financeiros com objetivo de reduzir os problemas sociais, político e econômicos que afetaram a nação. Desta forma, foi elaborado um Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DENARP), com a finalidade de determinar os planos para o desenvolvimento da nação (SANGREMAN, *et alli*, 2006).

Além das metas do plano desenvolvimentista, o programa do governo designava entre suas prioridades o sector de segurança. Somadas às insatisfações e descontentamentos destes e de outros setores institucionais, o regime político de General João Bernardo Vieira chegou a enfrentar problemas administrativos e governamentais, principalmente com o candidato do PAIGC eleito nas legislativas, Carlos Gomes Junior.

A promessa do presidente eleito Nino Vieira de trabalhar em conjunto com o seu antigo partido PAIGC começou a ter limitações quanto aos membros do governo, liderado pelo empresário Gomes Junior. No dia 28 de Outubro de 2005 o governo de Carlos Gomes foi demitido pelo presidente Vieira, alegando as discrepâncias entre os órgãos do Estado, e que a administração do governo de Gomes Junior não foi capaz de lidar com os problemas das finanças públicas e da pobreza extrema e generalizada.

No lugar deste, “Nino” Vieira indica o cargo de primeiro ministro para o seu antigo aliado, e ex-combatente da liberdade de pátria – Aristides Gomes, que fora aliás afastado do Comitê Central do Partido (PAIGC) por ter apoiado a candidatura independente de João Bernardo em 7 de maior de 2005. Não satisfeito com a demissão de alguns membros do partido, PAIGC entrou com uma ação junto ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) a respeito do decreto do presidente que destituiu o seu líder no governo, Gomes Junior. Um ano depois, STJ, deu razão ao Presidente da República.

A demissão do primeiro ministro, Carlos Gomes, pelo presidente, foi baseada em termos jurídicos, na medida em que a Constituição da República permitia tal ação,

principalmente no que concernem os artigos 68, 104. De acordo com o primeiro artigo, o Presidente da República pode destituir o primeiro ministro depois de consultar os partidos políticos na assembleia legislativa. Já o artigo 104 indica que em meio à uma crise política, o governo pode ser destituído em caso de rejeição de orçamento e do programa do governo, como se vê no quadro 11, abaixo, que resume algumas indicações presentes na constituição acerca dos poderes do presidente (CF. HARTAMAN, (2009).

==q11 **Quadro 11.** Poderes Constitucionais da República da Guiné – Bissau / Art. 68, 69, 70, 85,86, 104.

Poderes constitucionais do presidente da república	
Formação de Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente nomeia primeiro ministro depois de auscultar partidos com assento parlamentar (e tendo em conta resultados eleitorais) • Presidente nomeia ministros sob proposta de primeiro- ministro
Demissão de Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente pode demitir governo depois de consultas (e tendo resultados em conta).
Censura	<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia pode censurar e demitir governo, mas o presidente pode responder dissolvendo a assembleia
Dissolução da Assembleia	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente tem poderes limitados para a dissolução da assembleia (nesse caso, restrições temporárias).
Poder de Decreto	<ul style="list-style-type: none"> • O presidente pode proferir decretos presidenciais

Fonte: Elabora pelo autor com base em: Elisabete Azevedo – Hartman (PhD).

A instabilidade política e governamental continuou. O governo de Nino Vieira, além de demitir o primeiro ministro Carlos Gomes, também exonerou o ministro de interior e o presidente de Tribunal de Contas, Alfredo Nunes, cedendo lugar para Sertério Biote, filiado ao partido PRS, do ex-presidente Kumba Yala.

No seio das FFAA as divergências constatadas entre os militares pareciam não ter sido saneadas desde as crises de 2003, que culminou na deposição do governo de Yala. No ano seguinte, o chefe de Estado Maior General das Forças Armada, Veríssimo Correia Seabra – que assumiu o cargo de presidente de Comitê Militar para a Restituição da Ordem Constitucional e Democrática (CMROCD) –, tornou-se mais uma vítima desta conturbação militar. Em Novembro de 2004, Seabra Correia, foi assassinado (CASIMIRO, 2004; MONTEIRO, HUGO, 2004; BORDONARO, 2009). A morte de Veríssimo Correia não só foi

interpretada como resultado de clivagens étnicas, mas também por motivos estritamente políticos.

No primeiro caso há um fator preponderantemente vinculado as questões étnicas e das facções existentes no seio das elites militares, pois havia soldados que não concordaram com a deposição do presidente Yala, da etnia **Balanta**. Por outro lado, no que concerne as questões políticas, existia uma acusação de desvio de verbas monetárias e administrativas dos militares que tinham sido destacados na missão da paz em Libéria, no âmbito da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU), e que as verbas não foram pagas. Provavelmente esse caso foi arquivado.

A indicação para o sucessor de Correia Seabra, suscitou dúvidas nas forças armadas. O General Batista Tangme Na Wai, membro do grupo étnico **Balanta**, a mesma filiação cultural com a do ex-Presidente Kumba Iala, acabou sendo indicado, para o cargo de Chefe de Estado Maior e General das Forças Armadas (CEMGFA). A escolha de Na Wai para dirigir as CEMGFA foi determinada em grande parte pelas chefias militares na sua maioria de etnia **Balanta** (REGAN, D & THOMPSON, 2013).

Esses fatores, que sempre fizeram parte do agravamento político na Guiné-Bissau, desta vez pareceram ser mais acentuados, na medida em que o país mergulhou mais uma vez no auge do conflito, envolvendo questões étnicas, criando mais uma vez severas fragmentações entre as elites militares e alinhamentos com diferentes oficiais e facções. De fato, criou-se uma dúvida e onda de insegurança entre as elites golpistas de 2003 que destituíram o regime de Kumba Yala.

Agitação política e militar não cessou no seio dos dirigentes militares, mesmo com a morte de Verissimo Seabra. Como complicador havia um processo em arquivo que indiciava a participação de algumas chefias militares nas campanhas eleitorais de 2004 e 2005. Assim, a diretoria daquele órgão concluiu um processo que permitiria o afastamento dos soldados e chefias acusados de participarem nas campanhas eleitorais de 2005, que contribuíram para a vitória de Nino Vieira. Esse caso aparentemente foi acalmado com o pronunciamento do então Chefe de Estado Maior, General Tagme Na Way, de etnia **Balanta**. No início de Janeiro de 2007, o caos generalizado mais uma vez voltou à cena, com a morte de antigo Chefe de Estado Maior de Marinha de Guerra (CEMG), General Lamine Sanha, um dos seguidores do general Ansumane Mané, ex-CEMGFA, ambos da etnia **Mandinga** e **Muçulmana**.

==h2 IX.1 Assassinato do presidente Vieira e do General Tagme na Way em 2009

Após o assassinato de Chefe de Estado Maior de Marinha de Guerra– CEMG, general Lamine Sanha, organizações civis, sociedades anônimas, grupos religiosos e organizações internacionais receavam uma nova guerra civil no país. O regime de general Vieira foi acusado (mais uma vez) de perseguição, falta de diálogo e incapacidade de reconciliação.

A situação piorou ainda mais quando o partido PAIGC denunciou a descoberta de uma lista de pessoas que provavelmente estariam marcados para morrer. O chamado “esquadrão da morte” foi duramente criticado pelo governo, alegando sabotagem por parte de alguns opositores ao então regime vigente de Nino Vieira. Aparentemente o caso foi arquivado em função da celebração de uma determinação feita entre parlamento, partidos políticos e o governo. O Acordo de Estabilidade Governativa e Parlamentar (AEGP) tinha como uma das metas a realização das eleições de 2008 e a substituição do primeiro-ministro, Aristides Gomes, nomeado pelo presidente João Bernardo Vieira.

Como os partidos PAIGC, PRS e PUSD juntos detinham 97 das 102 cadeiras de deputados na Assembléia Nacional Popular, o acordo previu que os dois primeiros partidos (PAIGC e PRS) indicassem pelo menos 40% dos 20 ministros e nove Secretários de Estado, ao passo que PUSD teria apenas 17%.

Levando em consideração o caso acima mencionado, o Parlamento aprovou uma moção de censura ao governo, no dia 19 de Março de 2007, que obrigou o Presidente da República a escolher e nomear um novo primeiro ministro. Assim, Aristides Gomes, apesar da intenção do Presidente da República de mantê-lo no cargo, foi substituído por Martinho N'Dafa Cabi. Deste modo, o regime de Vieira, demitiu nada menos do que 3 primeiros ministros em pouco menos de quatro anos (TEIXEIRA, 2008; SÁ, 2010).

Depois deste acontecimento, e com a formação de uma nova estrutura política e governamental, já estavam previstas as eleições gerais e presidenciais para 16 de novembro de 2008 (ROQUE, 2009). No pleito eleitoral para presidência da república de 2008, mais uma vez o João Bernardo “Nino” anunciou a sua candidatura independente e venceu o escrutínio pela segunda vez consecutiva, apoiado pelo Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento (PRID). Por outro lado, o seu antigo partido (PAIGC), comandado pelo

Carlos Gomes Junior saiu vencedor, e este último assumiu o cargo de primeiro ministro mais uma vez. O quadro 12 faz um resumo dos resultados do pleito de 2008 para o parlamento.

==q12 **Quadro 12.** Eleição legislativa de 2008 (partidos com assentos no parlamento)

Partido e Coalizão	N. votos	% . votos	A =100
Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde PAIGC	227, 350	49. 52%	67
Partido Renovação Social – (PRS)	115, 755	25.21%	28
Partido Republicano de Independência e desenvolvimento (PRID)	34, 341	7.48%	3
Partido Nova Democracia – (PND)	10, 726	2.34%	1
Aliança Democrática – (AD)	6, 321	1.38%	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base em: CNE – 2008.

Mesmo com o pleito eleitoral legislativo de 2008, as divergências políticas e militar permaneceram. O então presidente “Nino” Vieira chegou a denunciar a tentativa de golpe no dia 23 de Novembro de 2008, orquestrada por elites militares, alguns dos quais foram detidos.

A tentativa da revolta contra o Estado não obteve êxito, mas ainda assim teve suas consequências: por um lado, houve um confronto entre os seguranças do Presidente da República e os militares liderados pelo Sargento Ntchama Yala, um alto oficial das Forças Armadas, da etnia *Balanta*, acusado de liderar o motim militar golpista de 2008; por outro lado, aquela ação mobilizou mais uma vez a sociedade civil, com manifestações nas ruas de Bissau, exigindo a volta das elites militares aos quartéis.

Após três meses das eleições de 2008, e considerando tentativa do golpe de estado do mesmo ano, as autoridades nacionais acabaram por tomar providências a respeito do ocorrido. Mesmo assim, as divergências entre as elites militares e políticos que sempre caminharam em conjunto na política nacional desde o período da sua independência em 1974, floresceram novamente.

Alguns meses depois, no dia 1 de Março de 2009, o Chefe das CEMGFA, General Tagme Na Way de etnia *Balanta*, foi morto por um atentado a bomba. No dia seguinte do mesmo mês, o presidente da república, o General João Bernardo Vieira, de etnia *Papel*, acabou sendo também assassinado em frente a sua residência. Destes assassinatos, o país passou a conhecer uma lista enorme de altos oficiais e generais das FFAA torturados e mortos, inclusive o próprio Vieira. A **tabela n.º 9** resume alguns dados sobre o emprego da violência nos casos de generais assassinado e/ou torturados entre 1985 e 2010.

==t9 **Tabela 9.** Altos oficiais militares, perseguidos, torturados e assassinados (1985 a 2010)

N.	Nome	Mês /Ano	Patente	Função/Ocupado	Torturado/ Assassinado
-----------	-------------	-----------------	----------------	-----------------------	-------------------------------

1	Paulo Correia	10/ 1985	General		Torturado/ assassinado
2	Ansumane Mane	11/2000	General	CEMGFA	Torturado/assassinado
3	Veríssimo C.Seabr	10/ 2004	General	CEMGFA	Assassinado
4	Lamine Sanha	1/2007	General	CEMGFA	Assassinado
5	Bubo Na Tchuto	2009	General	CEMAG	Perseguido/refugiado
6	Jão B. Vieira	3/2009	General	PRESIDENTE	Assassinado
7	Tagme N. Way	1/2009	General	CEMGFA	Assassinado
8	Zamora Induta	4/2010	General	CEMGFA	Torturado

Fonte: Tabelado pelo autor com base em: Silva (2010) Disponível em <http://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebaterf11.pdf>; Panapress; Relatórios dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (2000/2004/ 2007/ 2009/ 2010). Disponível em 27/6/2015. <http://www.panapress.com/Composicao-do-Comite-Militar-que-to-mou-o-poder-na-Guine-Bissau--3-443949-47-lang4-index.html>. Os dois links foram acessados no dia 9/04/2015.

Destes, 70% já foram mortos durante as suas funções. Dos que já foram assassinados, 98% são generais e metade são da etnia **Balanta**. Todos já presidiram os cargos de CEMGFA, a mais alta categoria institucional. Como mostra o **quadro n.º 13**, em baixo.

==q13 **Quadro 13.** Altos oficiais das CEMGFA que já foram assassinados por motivos político e militar 1999/2010.

N.	NOME:	M/ ANO	PATENTE	ETNIA	OCUPAÇÃO ASSASSINATO	DURANTE
1	Ansumane Mane	11/2000	General	Mandinga	Chefe das CEMGFA *	
2	Veríssimo. Seabra	10/2004	General	Papel	Chefe das CEMGFA *	
3	João B. Vieira	3/2009	General	Papel	Presidência da República	
4	Tagme Na Way	1/2009	General	Balanta	Chefe das CEMGFA *	
5	Lamine Sanha	2010	General	Mandinga	EX-CEMGFA *	

*CEMGFA – Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas

Fonte: Elaborado pelo autor com base em: Relatórios dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (2000/2004/ 2007/ 2009/ 2010); Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa – INEP, 2010.

Daqueles, apenas os generais Tagma Na Way, e Lamine Sanha, não tentaram ou não tomaram o poder pelo golpe de Estado, pelo menos até o ano de 2009. Em 2012, o país conheceu mais um de golpe de Estado lideradas pelos altos oficiais das Forças Armadas, o assunto para o nosso próximo capítulo.

==h2 IX.2 Golpe de Estado de 2012

Após a morte do presidente da República da Guiné-Bissau (RGB), General João Bernardo “Nino” Vieira e do Chefe do Estado-Maior e General das Forças Armadas (CEMGFA), General Tagme Na Way, o Presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), Dr. Raimundo Pereira, passou a exercer a função de novo presidente interino, até as

realizações das eleições que teriam lugar no período de 60 dias, conforme as leis constitucionais do país.

O pleito eleitoral de 2012 deu a vitória de Carlos Gomes Junior (do partido PAIGC) no primeiro turno com 48.97% dos votos, ao passo que Kumba Yala, do PRS, obteve 23% dos votos, e Serifo Nhamadjo, dissidente do PAIGC, conseguiu uma cifra de 15.75%. As percentagens dos votos obtidos pelo Gomes Junior permitiram a segunda volta eleitoral (RAMET, 2012).

O candidato Carlos Gomes era cotado como um dos possíveis vencedores do pleito eleitoral, mas Kumba Yala, líder do Partido da Renovação Social (PRS) e mais alguns opositores derrotados na primeira volta, organizaram uma conferência de imprensa alegando as fraudes cometidas por Carlos Gomes, candidato do PAIGC.

Neste aspecto, Yala, alegou que o seu partido (PRS) não participara da segunda volta como resultado de protesto, o que significa dizer que as eleições seriam interrompidas e suspensas. Como a presença das tropas angolanas – que já estiveram no país antes do segundo turno das eleições –, somadas às divergências partidárias de não aceitação dos resultados eleitorais por parte dos partidos políticos, nestas circunstâncias, e no decorrer do processo, surge um golpe de Estado e o processo eleitoral foi interrompido.

Após alguns dias, os militares guineenses alegaram a autoria do golpe, comandado pelo António Indjai, antigo membro da Junta Militar que destituiu o governo de Nino Vieira em 1999, e de Comitê Militar para a Restituição da Ordem Constitucional e Democrática (CMROCD), responsável pela deposição do regime de Kumba Yala, em 2003.

No mesmo ano, foi organizado no dia 18 de Abril um “fórum nacional” no qual envolvia os representantes dos partidos políticos de oposição para assinatura de um documento que visava o restabelecimento de um novo Conselho de Transição Nacional (CTN) num período de dois anos.

O PRS, liderado pelo Kumba Yala, e mais 11 partidos políticos de oposição participaram da assinatura do referido protocolo, ao passo que PAIGC, chefiado pelo Carlos Gomes Junior, um possível vencedor e demais seus aliados, recusaram assinar o referido documento que exigia a assinatura da criação de um conselho de transição nacional e restauração de um regime legal, bem como a realização das novas eleições legislativas e presidenciais, sem a participação de Raimundo Pereira e do Carlos Gomes Jr (líder do PAIGC).

Os militares guineenses justificaram a autoria do golpe como uma resposta de defesa da soberania nacional, na medida em que as suas ações foram protecionistas, pois a presença de 270 tropas angolana no país era um acordo assinado entre Carlos Gomes Junior, líder do partido PAIGC, como a sua “força protetora” e com a finalidade de desestabilizar as Forças Armadas da Guiné-Bissau.

De acordo com os militares da Guiné-Bissau, a convocação das forças angolanas (que foi realizada por Carlos Gomes Junior) seria ilegal, pois de acordo com o ponto de vista deles, o país não estava em guerra. As ações dos militares guineenses foram dirigidas através do seu porta-voz, Coronel Daba Na Walna. Por parte do partido vencedor das eleições, o PAIGC alegou que as tropas angolanas estavam ao serviço de Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), um acordo assinado entre o governo de Bissau e Luanda em matéria de segurança e cooperação no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP (RAMET, 2012).

No seio das elites militares que praticaram o golpe, praticamente houve pouca mudança em termos de liderança e decisões, pois a sua estrutura e *corpus* tático não foram alteradas, apesar de algumas mudanças de personalidades, por questões óbvias (se consideramos as mortes sucessivas de generais e chefes de estado). Conforme SOUSA, 2012:

A autoria do golpe é assumida por um comando militar sem que sejam bem identificados quem faz parte do mesmo. O auto-intitulado comando militar, porém, informa através do seu porta-voz, o tenente-coronel Daba Na Walna, que não se tinham registrado alterações ao nível das chefias militares. O General António Imjai (CEMGFA) alguns dias depois do golpe e após alguma contra-informação surge á frente dos golpistas. (Sousa, 2012, p.90)

Ou seja, estamos falando de uma característica estrutural da elite militar nacional, um expediente que persiste desde o golpe de 1998. O recurso à violência vem sendo considerado recorrentemente no interior do universo de elites.

O General Antônio Indjai, também de etnia *Balanta*, por exemplo, acusado de ser um dos mandantes e orquestradores do golpe de 2012, compunha o conluio de elites militares que afastaram Nino Vieira no cargo de Presidente da República em 1999; ele também fez parte do Comitê Militar para a Restituição da Ordem Pública (CMROP), que destituiu o governo de Kumba Yala, no órgão chefiado pelo Veríssimo Correa Sebra, de etnia *Papel*. Com o afastamento de Carlos Gomes Junior, candidato do PAIGC, o país passou a registrar um número elevado de presidentes que foram afastados pelas chefias militares, e dos chefes das CEMGFA assassinados no decorrer das suas funções. O **quadro nº. 14** abaixo, sumaria alguns desses episódios.

==q14 **Quadro 14.** Informações básicas sobre os levantes militares que terminaram em afastamentos e mortes dos presidentes e chefes das CEMGFA de 1998/2012

Presidentes da Guiné-Bissau afastados durante as suas funções de 1998/2012			
Ano	Nome	Motivo do Afastamento	Autor do Golpe / Assassinado
1998	João B. Vieira	Golpe de Estado	General Ansumane Mané
2003	Kumba Yala	Golpe de Estado	G. Veríssimo C. Seabra
2009	João B. Vieira	Assassinato	Assassinado/Militares
2012	Carlos Gomes J	Interrompido / Golpe	G. António Injay

Chefes das CEMGFA – Assassinados sem terminar o mandato -- / 1998 / 2012			
Ano	Nome	Motivos do afastamento	Cargo durante o serviço
2001	Ansumane Mané	Assassinado	CEMGFA
2003	Veríssimo C. Seabra	Assassinado	CEMGFA
2009	Tagme Na Way	Assassinado	CEMGFA
2010	Lamine Mane	Assassinado	EX- CEMGFA

Fonte: Elaborado pelo autor

O levante militar de 2012, que levou mais uma vez a ascensão das elites militares no poder político nacional, aliado com alguns partidos políticos, teve suas consequências: no mesmo ano, houve mais uma tentativa de golpe e alguns alegaram uma simulação deste, um contra golpe, que pode ser explicada e interpretada de várias maneiras, como podemos ver nesta passagem de SOUSA(2013):

De um lado temos as autoridades de transição e as Forças Armadas que acusam um grupo de militares revoltosos de tentar um contra-golpe com intenções de desestabilizar o processo de transição, e do outro lado, todos os opositores de golpe de 12 de Abril e do Governo de transição, que entendem estarmos perante uma intentona. No seu entender trata-se de uma simulação de golpe preparada pelos militares de António Indjai, para reforçarem os poderes das Forças Armadas, respaldar as autoridades de transição e encontrar um bode expiatório para o actual impasse político. Alegadamente, segundo o Governo de Transição, um grupo de militares comandado pelo Capitão Pansau Intchama, atacou o quartel de pára-camandos, em Bissalanca, nas mediações do aeroporto de Bissau, com intuito de dar um contra-golpe. (SOUSA, 2013, p.101).

Portanto, com o golpe militar de 2012, que interrompeu um governo legitimado pelas eleições, demonstra-se que as elites militares têm sido flexíveis nas suas ações, principalmente no que concerne as destruições dos governos eleitos. As suas reações à intervenção dos militares adicionam um elemento de força e subjugação, cria impasses políticos nacionais, com o agravante de que tais intervenções são realizadas por indivíduos antidemocráticos e sectários. Com o golpe de Estado de 2012 liderado pelas elites militares, o país conta no total com quatro golpes efetivados e bem sucedidos. A tabela 10 reúne alguns dados sobre os golpes perpetrados no país.

Tabela nº. 10. Golpes de Estado efetivados e efetuados pelas elites militares no país.

Ano	Nome	Pate'nte	Função
1980	João Bernardo Vieira	General	CEMGFA
1999	Ansumane Mane	General	CEMGFA
2001	Veríssimo Correia Seabra	General	CEMGFA
2012	António Indjai	General	CEMGFA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Do ponto de vista das clivagens étnicas chama a atenção o fato de indivíduos da etnia Balanta terem perpetrado apenas um golpe bem sucedido (cf. a tabela 11), mesmo sendo o grupo majoritário na composição das FFAA do país.

Tabela 11. Elementos étnicos dos indivíduos que efetivaram golpes de Estado na Guiné-Bissau entre 1980/2012.

Ano	Nome	Etnia	Função
1980	João Bernardo Vieira	Papel	CEMGFA
1999	Ansumane Mane	Mandinga	CEMGFA
2001	Veríssimo Correia Seabra	Papel/Manjaco	CEMGFA
2012	António Indjai	Balanta	CEMGFA

Fonte: Elaborado pelo autor.

De todos os golpes acima mencionados, entre 1980 e 2012, em apenas um caso o líder do grupo golpista assumiu o poder como o Presidente da República, como um governo estabelecido, foi o caso de General João Bernardo Nino Vieira que afastou o governo de Luís Cabral em 1980 e permaneceu no poder até 1994. Os outros golpistas apenas autoproclamaram, mas não permaneceram no poder, como se observa no caso de Ansumane Mane, que não chegou a permanecer no poder; o mesmo se observa para Veríssimo Correia Seabra, também autodenominou-se presidente mas nunca chegou a permanecer no poder por um período superior a uma dezena de meses. O último caso é a do General Antônio Injai, que, da mesma forma como os outros, não se fixou no poder por mais de um ano. Um aspecto que chama a atenção nesses episódios é que seja qual for o ramo das FFAA, os golpes bem sucedidos sempre foram encabeçados por indivíduos com a patente de general³.

Ou seja, no país, desde o primeiro golpe de Estado realizado em 1980 até o mais recente 2012, em todos os levantes militares que se terminaram em golpes bem sucedidos foram praticados e efetuados pelos generais ou chefes da CEMGFA. Portanto, podemos afirmar que na Guiné-Bissau quem pratica o golpe de Estado são os generais.

³ Ramet, Valerie, (2012); David O'Regan e Peter Thompson (2013); Fernando (2004), Silva, Antônio. Disponível em: [http://www.didinho.org/SeminarioDebater\[1\].pdf](http://www.didinho.org/SeminarioDebater[1].pdf) .Acessado no dia 9/04/2015; Rudebeck, Lars (2001).

Além das tentativas de golpes fracassadas em 2008 e 2010, e com assassinatos de chefias militares, o golpe de 2012 teve várias conotações, incluindo militar, político, e econômico. Diferentemente dos golpes e tentativas frustradas de golpes, o levante militar de 2012 revela uma profunda associação entre os partidos políticos e as chefias militares. (KOHNER, 2010; SOUSA, 2013). A razão dessa fragilidade política e democrática são as constantes interferências das elites militares na vida política do país, bem como as alianças políticas com as chefias militares.

==h1 X. CONCLUSÃO

No início da nossa dissertação levantamos a seguinte interrogação: “As politizações das lideranças militares nas FFAA, motivaram o surgimento das facções rivais e geraram as instabilidades políticas no país?”

Concluimos este trabalho com uma resposta afirmativa, uma vez que desde a independência nacional em 1974 até 2012 a politização no seio das elites militares das FFAA sempre esteve presente, como uma constante no processo político do país, contribuindo desta forma para surgimentos de grupos rivais. Esse fato foi um dos pontos cruciais para os sucessivos golpes que ocorreram no país.

A politização dos militares e a formação de facções, não permitiram alavancar qualquer processo da paz e de estabilidade, tanto que nenhum governo eleito conseguiu permanecer no poder até o fim do seu mandato. A projeção mediática deu alguma visibilidade para as interrupções da ordem institucional, mas desvia atenção das fraquezas que subjazem às crises e perpetuam as instabilidades políticas.

Na maioria das vezes, ou ainda, desde 1974 até 2012, observamos uma elevada concentração de poderes militares e num punhado de indivíduos que, agindo impunemente, tem perpetuado fatores de instabilidade política em um sector de segurança e defesa altamente politizado. A instrumentalização das FFAA por lideranças sectárias atinge dimensões catastróficas, aprofundando a formação das facções, assassinatos de generais e discriminação étnicas.

Em face deste nível de volatilidade e polarização étnica dentro das FFAA, a estabilização política dificilmente será obtida em meio às tantas conturbações. Além do mais, alguns partidos políticos têm por vezes alimentados tais práticas, permitindo assim as ligações e conexões simultâneas entre as elites militares e grupos étnicos (DAVIN O’REGAN e PETER THOMPSON, 2013).

Em síntese, podemos dizer que a politização das lideranças militares e a formação de facções rivais provocaram uma severa instabilidade política no país. Observamos a permanência de certas práticas, vinculadas aos mecanismos de legitimação e das modalidades de representação política por chefias militares ligadas não só aos grupos étnicos e políticos, mas também pautadas por formas simples de corrupção (CARDOSO, 2012).

Da mesma maneira, foram levantadas as seguintes indagações: A partir de que critérios as politizações das elites militares guineenses contribuíram para o surgimento das facções internas nas FFAA ao longo dos anos que se seguiram após a independência? A formação dos grupos rivais no interior da classe castrense, e a politização das suas lideranças são as causas das instabilidades políticas?

As politizações dos militares e formações das facções, não permitiram alavancar qualquer processo da paz e de estabilidade, tanto que nenhum governo eleito conseguiu permanecer no poder até o fim do seu mandato.

Portanto, de acordo com a nossa pesquisa, não podemos afirmar que a politização das elites militares, bem como a formação e surgimentos das facções no seio dos militares, seja a única causa das constantes instabilidades que foram verificadas no país. Apesar disso, mesmo recusando essa simplificação, é evidente que elas contribuíram e caracterizaram o processo político nacional nos últimos anos. A divisão cada vez mais profunda no seio das elites das FFAA guineense alimenta as crises e instabilidades políticas recorrentes (DJALÓ, 2003, CARDOSO, 2012).

Em todo caso, verificamos que nunca houve o conflito étnico e nem tribal na Guiné-Bissau, porque de acordo com os levantamentos dos dados e pesquisas, não observamos qualquer possibilidade de incidência e conflitos entre os grupos étnicos, mas houve uma tentativa de instrumentalizar as divisões internas no seio das elites militares e das FFAA em alguns determinados momentos da história do país, e isso possibilitou não só divergências entre os militares, mas também constantes instabilidades políticas verificadas ao longo dos anos que se seguiram. Nos casos que foram analisados, a politização das elites militares sempre esteve presente, e na maioria das vezes as clivagens étnicas foram manipuladas e instrumentalizadas pelos partidos políticos.

A nossa pesquisa demonstra ainda que há uma forte associação entre as elites militares e políticos no que diz respeito às questões dos golpes sucessivos que aconteceram no país. Dessa forma, isso também tem contribuído na desestabilização política e democrática.

Conclui-se deste modo que, na Guiné-Bissau, a politização das elites militares contribui para as conturbações políticas e surgimentos das facções no interior destes. Esse traço perpassa essencialmente pela formação e credibilidade das lideranças das FFAA do país, e deve ser levado em conta pelos grupos políticos se houver de fato o intuito de trabalharem em conjunto para a edificação de um processo político duradouro e credível.

Como procuramos ter demonstrado, a Guiné-Bissau tem sido devastada por crises complexas no seio das elites militares e cada vez mais frequente. Estas crises desviam a atenção das fraquezas institucionais subjacentes que alimentam a instabilidade.

==h1 XI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRICAN ELECTIONS DATABASE** (2008). Disponível em: Disponível em: <http://africanelections.tripod.com/mz.html>. Consultado em 4 de Setembro de 2015.
- AUGEL, P, M.** (2007). O desafio do Escombros: Nação, Identidade e Pós-Colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau. Garamond: Rio de Janeiro.
- BOBBIO, N.** (2003). O Problema da Guerra e as Vias da Paz. São Paulo: UNESP
- _____. (1986). O futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2010). Estado Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BECKER, S. H**(1993). Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- BORDONARO,** (2009). Introduction: [Guinea-Bissau Today – The Irrelevance of the State and the Permanence of Change](#). African Studies Review. Volume 52, Number 2 (September 2009), pp. 35–45.
- CABRAL, A.** (1988). A Ação Armada e os Métodos Militares. Portugal: Avante Sarl.
- _____, (1971). Revolution In Guinea: An, African People’s Struggle. Belgium: Imprimerie Jos.
- CARDOSO, C.** (2002). A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau. Lisboa: CEA.
- _____, (1995) A Transição Democrática Na Guiné-Bissau Um Parto Difícil. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/cardoso.pdf>. Acessado em 7/8/2015.
- _____, Os desafios da transição política na Guiné Bissau. Disponível em: <http://www.didinho.org>. Consultado em 21/2/2016.
- _____, (2008). [Sociedade civil, espaço público e gestão de Conflitos : o caso da Guiné-Bissau. Codesria.](#)
- CAPARINI, M. & HALTINER, KARL.** (2002). Models of Democratic Control of Armed Forces: A Multi-Country Study Comparing “Good Practices” of Democratic Control. Geneva: DCAF.
- CASIMIRO, FERNANDO** (2004). A Balantização ou fomentar (IN) consciente do tribalismo na Guiné-Bissau.
- Disponível em <http://www.didinho.org/Arquivo/balantizacao.html>. Acessado no dia 27 de Agosto de 2015.
- CELSO, C & PIERO, L.** (2009). Antropologia do Militares: Reflexões Sobre Pesquisas de Campo. Rio de Janeiro: FGV.

- CHABAL, P. & BIRMINGHAM, D.** (et all). (2002). A History of Postcolonial Lusophone Africa. Indiana: Indiana University Press.
- COMITINI, C.** (1980). Amílcar Cabral: A Arma da Teoria. Rio de Janeiro: CODECRI.
- DIAS, E, C.** (2013). [“From the unbearable “resilience” of coupism to ethnicisation: a short journey for the Armed Forces of Guinea-Bissau”](#), Nordic Journal of African Studies, 2013, 22 (1/2).
- DOWBOR, L.** (1983). Guiné-Bissau a busca da independência econômica. São Paulo: brasiliense.
- DOWNING, B.** (1992). Military Revolution and Political Change. Princeton: Princeton University Press.
- DJALO, TCHERNO.** (2000). Lições e Legitimidade dos Conflitos na Guiné-Bissau. Bissau: INEP.
- FERREIRA, P.** (2004). [Guinea-Bissau: Perspectives on the up-coming elections](#). ISS.
- FINER, S.E.**(1988). The Man on Horseback: the role of the military in politics. Boulder, CO: West view.
- FIRST, R.**(1970). The Barrel of a Gun: political power in African and the coups d'état. London: Penguin Press. Hounnikpo. M.C. 2010. Guarding the guardiance: civil-military relations and democratic governance in Africa. Farnham: Ashgate.
- FORREST, J.** (2002). A History of Postcolonial Lusophone Africa. Cap, p, 236-263. Case of Guinea-Bissau. Indiana: Indiana University Press.
- FORREST, J, B.** (2003). Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau. (Western African Studies) / von –Athens: Ohio University Press, 2003.
- _____, (2005). Democratization in a divided urban political culture: Guinea-Bissau, in Villalón, L .A. and Von Doepp, P. (eds), The Fate of Africa’s democratic experiments: elites and institutions, 2005 pp. 246–66.
- _____, (2010). Anatomy of State Fragility: The Case of Guinea-Bissau: Disponível em <https://www.rienner.com/uploads/4af0b385609ed.pdf>. Acessado no dia 14/10/2015.
- FRANÇOIS BAYART, J.** (2009). The State in Africa: The Politics of The Belly. Malden, MA: Polity.
- GALLI, R.** (1990). Liberalisation is not enough: structural adjustment and peasants in Guinea-Bissau. Review of African Political Economy, 1990 – JSTOR.
- GALLI, R. & JONES, J.** (1987). Guinea-Bissau. Politics Economics and Society, London, Frances Pinter (Publishers).
- GOLDER, M. & WANTCHEKON, L.** (2004). Africa: Dictatorial and Democratic Electoral Systems since 1949. London: Palgrave.

- HADEM, A, O; DA SILVA & ALFREDO.** (2003). Desenvolvimento, Visão do Futuro e um Olhar por Dentro da Elite Nacional. Soronda, Jul. 2003, 83-105.
- HARMAN, E, A.** (2009). O Semipresidencialismo na Guiné-Bissau: Inocente ou Culpado da Instabilidade Política. Ed. Lobo, M. C., & Amorim, N. O. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- HENRIQUE CARDOSO, F.** (2005). Forças Armadas e Polícia: entre o Autoritarismo e a Democracia. Rio de Janeiro: Record.
- HERBERT, R.** (2003). Security Sector Governance: An Analysis of Guinea-Bissau, in: Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’ Working Paper 8
- HUNTINGTON, SAMUEL** (1996). O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Ed: Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro.
- _____,(1975). A Ordem Política nas Sociedades em Mudança. São Paulo: Editora USP.
- _____,(1994). A Terceira Onda: democratização no final do século XX. São Paulo: Ática.
- HYDEN, G.** (2006). African Politics in Comparative Perspective, Cambridge University Press.
- JANOWITZ, M.** (1967). O Soldado Profissional: Estudo Social e Político. Rio de Janeiro: Edições.
- _____, (1977). Military Institution and Coercion in The Developing Countries. Chicago, II: University of Chicago Press.
- JAUARÁ, M.** (2007). Conflito military e reconstrução de Estado Nacional na África Lusófona: de Luta de Libertação a Guerra Civil. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Manuel%20Jauar%C3%A1%2014-08-07.pdf>. Acessado no dia 20/10/2015.
- KOHL, C.** (2010). National Integration in Guinea-Bissau since Independence (p.85-109). Lisboa: Centros de Estudos Internacionais.
- _____, (2014). [The Reform of Guinea Bissau’s Security Sector Between demand and practice](#). PRIF Report No. 126.
- KOHNERT, D.** (2010). Democratization via Elections in an African “Narco – State”? The case of Guinea –Bissau. GIGA (German Institute of Global and Areas Study. German, Alemanha.
- KOUDAWO, FAFALI.** (2001). Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal. Guiné-Bissau: Nova gráfica.
- KOUDAWO, F& MENDY, K.** (1996). Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso. Bissau: INEP, 1996.
- _____, (1994). Eleições e lições: esboços para uma análise das primeiras eleições pluralistas na Guiné-Bissau. Bissau : Ku Si Mon Editora

- LASSWEL, D, H; LERNER, D.** (1967). *As Elites Revolucionárias*. Editora: Zahar, Rio de Janeiro.
- _____, (et al). (1952) *The Comparative Study of Elites*. Stanford: The Hoover Institute, Stanford University Press.
- MENDES, P, R** (2013). *Guiné-Bissau: Respostas de paz á impunidade e exclusão*. Civil Society Dialogue Network (CSDN).
- NÓBREGA, A.** (2003). *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Universidade Técnica de Lisboa.
- _____, (1987). *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau: INEP.
- O'DONNELL, G & SCHMITTER, P.**1988. (Orgs.). *Transições Do Regime Autoritário: Sul da Europa*. São Paulo: Vértice.
- OTTO, H.** (1985). "Military Organisation and the Organisation of the State." In Felix Gilbert, *Historical Essays of Otto Hintze*. Oxford: Oxford University Press.
- PERISSINOTO, R.** (2009) *As Elites Políticas: Questões de Teoria e Método*. Curitiba: IBPEX.
- _____(2012), "Comparação e história na ciência social", in Flávio Heinz (org.), *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*, Porto Alegre, Oikos.
- _____, *Comparação, história e interpretação Por uma ciência política histórico interpretativa*. Disponível em [:http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n83/10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n83/10.pdf). Acessado no dia 25/3/2016.
- POSNER, DANIEL N.** (2005) *Institutions and Ethnic Politics in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- POULANTZAS, N.** (1985). *O Estado, o Poder, o Socialismo*.3 Edição. Rio de Janeiro: Editora graal.
- POWELL, J. M & C. L. THYNE.** (2011). "Global instances of coups from 1950 to 2010: a new datasets", *Journal of Peace Research* 48, 2: 249-59.
- RAMET, VALERIE.** (2012). *Civil-military relations in Guinea-Bissau: An unresolved issue*. European Parliament. Doc. N. PE 491.437. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/briefing_note/join/2012/491437/EXPO-DEVE_SP\(2012\)491437_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/briefing_note/join/2012/491437/EXPO-DEVE_SP(2012)491437_EN.pdf). Acessado no dia 27 de dezembro de 2015.
- REGAN, D & THOMPSON, P.** (2013). *Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África*. N2. Washington, D.C. Relatório Especial do CEEA.
- RICHARDSON, R.** (1985). *Pesquisa Social: método e técnica*. São Paulo: Atlas.

- ROQUE, S.** (2009). *Peacebuilding In Guinea-Bissau: A Critical Approach*, Norwegian Peacebuilding Centre, Oslo. Disponível em <http://www.peacebuilding.no/eng/Publications/Noref-Reports2/Noref-Report-7-Peacebuilding-In-Guinea-Bissau-A-Critical-Approach>. Acessado no dia 17/9/2015.
- _____, (2011). [Electoral Democratisation in Post-Civil War Guinea-Bissau 1999 – 2008](#). NAI's Discussion Paper series.
- RUDEBECK, L.** (2001). *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000: Um Estudo de democratização difícil*. Stockholm: ASDI.
- _____, (1974). *Guinea – Bissau. A Study of Political Mobilization*. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies.
- SÁ, F.** (2010). *Os sucessivos Golpes Militares no processo político da democratização na Guiné-Bissau*. Lume. ufrgs.br. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26408/000758576.pdf?....> Acessado no dia 5 de outubro de 2015.
- SANGREMAN, C.E. ET AL.,** (2005). *A evolução política recente na Guiné Bissau. As eleições presidenciais de 2005; os conflitos; o desenvolvimento; a sociedade civil*. CEsa, (70).
- SEMEDO, R, J,** (2011). [O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político institucionais](#). CIEA7 #34: Os Entraves À Construção E Consolidação Do Estado na Guiné- Bissau.
- SILVA, ANTONIO.** (2010). Seminário “Debate a Constituição da Guiné-Bissau”: As Constituições da Guiné-Bissau. Que Constitucionalismo? Bissau: UNOGBIS/FDB. Disponível em [http://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater\[1\].pdf](http://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater[1].pdf). Acessado em 09 de abril de 2015.
- SOUSA, GIRÃO M.** (2013). *Guiné-Bissau: O golpe militar de 12 de Abril e a necessidade da reforma do sector de segurança*. Lusíada, Política Internacional, n. 8. Disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1024/1/LPIS_n8_5.pdf. Acessado em 24 Novembro de 2015.
- SOUARÉ ISSAKA, K.** (2014). *The African Union as a norm entrepreneur on military coups d'état in Africa (1952 – 2012)*. Cambridge: anempirical assessment. *The Journal of Modern African Studies*, 52, pp 69-94.
- STEPAN, A.** 1975. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Arte nova.
- SELLSTRÖM, T.** (2008). *A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau*. (The Nordic Africa Institute). Disponível em <http://nai.diva-portal.org.smash/record.jsf?pid=diva2:275247>. Acessado em 27/9/2015.
- TEIXEIRA, R. D.** *Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998 – 2003*. Didinho.org. Disponível em: www.didinho.org. Acessado no dia 18 de Setembro de 2015.
- THOMSON, A.** (2004). *An Introduction to African Politics*. 2nd Edition. New York: Routledge.

- THOMPSON WILLIAN, R.** (1973). *Grievances of Military Coups-Makes*. Beverly Hills, CA: SAGE.
- THALER, K.** (2009). *Avoiding the Abyss: Finding a Way Forward in Guinea-Bissau*. Portuguese Journal of International Affairs, No. 2 Autumn/Winter 2009: 3-14.
- _____, (2010). [Can political inclusion lead to reform implementation in Guinea-Bissau?](#) IPRIS Lusophone Countries Bulletin, Fevereiro 2010. Lisboa: IPRIS.
- TRAJANO, F, W.** (2007). *O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau*. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ra/v51n1/a09v51n1.pdf>. Acessado no dia 19/10/2015.
- VIGH, H.** *Conflictual motion and political inertia: on rebellions and revolutions in Bissau and beyond*. African studies review 2009 52 2 143–64.
- VON CLAUSEWITZ, C.** 2010. *Da Guerra*. 3 Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- WEBER, M.** 2003. *A Política como Vocação*. Brasília: Editora Universidade.
- _____, 2002. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 2. Edição. São Paulo: Editora Thomson.
- WRIGHT, Q.** 1988. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército.
- WRIGHT MILLS, C.** 1968. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: 2. Edição, Zahar Editores.
- WOOLLACOTT, J.** 1983. *A Luta de Libertação na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal*. Análise social, vol. XIX (77-78-79). Manchester: Editora: University of Manchester.
- ZEVERINO, G.** (2006). *O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau*. Lisboa: (1998/99), IPAD.
- ZOUNMENO, D.** (2010). “Guinea-Bissau: why a stabilisation force may be useful”. *African Security Review* 19 (3): 66–70. [DOI:10.1080/10246029.2010.519884](https://doi.org/10.1080/10246029.2010.519884).